

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| OUTUBRO 2006 |

31

Governo Federal

**Ministério do Trabalho e
Emprego**

Ministro - Luiz Marinho

Secretário Executivo - Marco Antonio de Oliveira

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro - Paulo Bernardo Silva

Secretário Executivo - João Bernardo de Azevedo
Bringel

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretora de Administração e Finanças

Cinara Maria Fonseca de Lima

Diretor de Estudos Setoriais

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Lauro Ramos

Editor Assistente

Luiz Eduardo Parreiras

Equipe

Marcelo de Ávila - economista

Luciana Sales Marques - estagiária**

Rafael Pastore Bret de Menezes - estagiário**

Valéria da Silva Ferreira - Programadora SAS*

* Convênio IPEA/MTE/ANPEC

**Bolsista

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nem do Ministério do Trabalho e Emprego.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração deste boletim.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	III
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	1
NOTAS TÉCNICAS	15
AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DA PNAD DE 2005 Marcelo de Ávila	17
O EFEITO-DIPLOMA NO BRASIL Anna Crespo Maurício Cortez Reis	25
ANEXO ESTATÍSTICO	31

APRESENTAÇÃO

Depois de um início de ano bastante retraído no que se refere à criação de novas ocupações, o mercado de trabalho passou a apresentar alguma melhora ao final do primeiro semestre de 2006 e, de forma ainda mais acentuada, nos dois primeiros meses do terceiro trimestre. Mesmo assim, a taxa de desemprego atingiu, no mês de agosto, o patamar de 10,3%, 1 ponto percentual acima do verificado há um ano atrás. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tal elevação do desemprego se deu, principalmente, em razão do aumento do número de pessoas procurando ocupação, com a população economicamente ativa (PEA) mostrando uma significativa expansão ao longo do ano.

Nesse dinamismo dos últimos meses, cabe destacar a melhora na qualidade das relações de trabalho e dos padrões de remuneração, com a continuidade do crescimento das contratações com carteira assinada e das remunerações dos trabalhadores, que vêm ocorrendo tanto pelos baixos níveis de inflação quanto pela alta nominal dos salários.

Com a persistência do movimento de queda das taxas de juros, a possibilidade de uma retomada mais consistente do nível de atividade, uma vez concretizada, deverá trazer resultados igualmente positivos até dezembro, alimentando expectativas de um quadro ainda mais favorável para o próximo ano.

A primeira das notas técnicas deste número do boletim *Mercado de Trabalho*, assinada por Marcelo de Ávila, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresenta um resumo dos principais resultados do mercado de trabalho segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, realizada em 2005. Coerente com o quadro que as diversas pesquisas conjunturais já haviam desenhado, a Pnad 2005 confirma a recuperação generalizada dos principais indicadores, com destaque negativo para aumento do trabalho infantil, depois de anos seguidos de queda contínua do fenômeno.

Na segunda nota, Anna Crespo, da Universidade de Princeton, e Maurício Cortez Reis, do Ipea, analisam o chamado “efeito-diploma” no Brasil, segundo o qual a adição de mais um ano de escolaridade, após a “conclusão de um grau ou obtenção de um diploma” implicaria uma acentuação dos impactos da escolaridade sobre os rendimentos.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho metropolitano registrou, ao longo do primeiro semestre de 2006, uma dificuldade de retornar ao ritmo de contratação que estava em curso no mesmo período do ano passado. A partir do segundo trimestre de 2005, a criação de empregos acumulada em 12 meses iniciou uma trajetória de declínio sem precedentes.¹ Esse processo continuou até maio de 2006, quando a criação líquida de novas vagas, no acumulado de 12 meses, atingiu o menor patamar já registrado na nova metodologia da PME. No entanto, nos meses de junho, julho e agosto deste ano, o mercado de trabalho voltou a apresentar maior dinamismo, mantendo, inclusive, o crescimento de empregos formais de maneira mais expressiva do que o dos demais tipos de ocupações – na variação ante o mesmo mês do ano anterior –, em particular em relação aos empregos sem carteira que apresentaram uma variação negativa.

A taxa de desemprego, que estava em trajetória de queda no segundo trimestre do ano passado, também mostrou comportamento oposto em 2006. Não bastasse a presença de uma menor absorção da ocupação no início desse ano, a crescente expansão da População Economicamente Ativa (PEA) também contribuiu para impulsionar a taxa de desocupação para níveis bem acima do registrado em meses correspondentes dos anos anteriores.

Os rendimentos médios reais habitualmente recebidos, por outro lado, têm registrado um crescimento mais contínuo entre todos os indicadores agregados do mercado de trabalho.

Este boletim dá continuidade ao acompanhamento da evolução do mercado de trabalho, utilizando como principais fontes de informação a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), ambas do IBGE; a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a região metropolitana (RM) de São Paulo, elaborada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Visando uma abrangência geográfica maior do mercado de trabalho metropolitano, construiu-se uma PME a partir de sete RMs,² com a agregação da RM de Curitiba³ na amostra. Assim, a PME, sempre que mencionada neste texto, será referente à cobertura de sete RMs.

OCUPAÇÃO

No início deste ano o mercado de trabalho apresentou uma situação de considerável apatia, reflexo, em grande parte, do baixo crescimento econômico de 2,3% em 2005. O ano de

1. De acordo com a nova metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vigente desde março de 2002.

2. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre e Curitiba.

3. A agregação da RM de Curitiba na PME só foi possível graças ao convênio entre o Ipea e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

2006 começa com queda da ocupação (417 mil vagas), por quatro meses consecutivos – fenômeno nunca visto em anos anteriores na nova metodologia da PME. Em termos de comparação, no mesmo período de 2005 o corte de vagas foi de somente 144 mil, quando o recuo da ocupação ocorreu apenas nos meses de janeiro e fevereiro. Diante desse quadro, o indicador de criação de vagas no acumulado em 12 meses atingiu em maio a marca de 163 mil (ou variação de 0,7%), os menores números já registrados desde 2002. Com isso, a curva de ocupação de 2006 se aproximou bastante da de 2005 (gráfico 1).

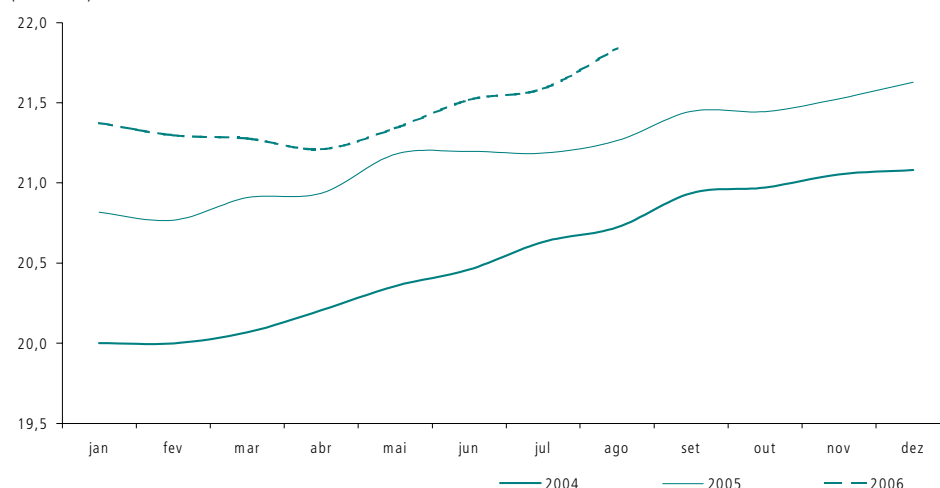
Todavia, a recuperação do mercado de trabalho foi mais intensa nos meses posteriores⁴ a abril, quando foram criados 630 mil postos de trabalho, desempenho bastante superior ao registrado no mesmo período de 2005 (328 mil). Esse maior dinamismo fez com que o indicador de criação de vagas no acumulado de 12 meses atingisse o nível de 577 mil – variação de 2,7% em agosto ante o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o número de novos postos de trabalho foi de 213 mil, o dobro do resultado alcançado no mesmo período do ano anterior, o que mostra que a forte queda da ocupação no início de 2006 foi mais do que contrabalançada pela expressiva criação de empregos de meados do segundo trimestre em diante.

Em termos geográficos, a ocupação caiu em todas as RMs no primeiro trimestre de 2006. Entretanto, a recuperação do emprego se deu de maneira heterogênea e com diferentes intensidades. O emprego só voltou a crescer no trimestre seguinte em três das sete RMs da PME: Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, sendo que a primeira RM registrou crescimento mais expressivo da ocupação, ante igual período do ano anterior (tabela 1). Em outras regiões – Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador – o ritmo de contratação só tomou fôlego no início do terceiro trimestre. Recife foi a única RM a não apresentar qualquer variação da ocupação nesse período, ante o período anterior. Outra RM que merece destaque é Curitiba, por apresentar o maior arrefecimento na criação de vagas ao longo de 2005 e com mais força em 2006, na variação ante o mesmo período do ano anterior.

GRÁFICO 1

Nível de ocupação

(Em milhões)



Fontes: IBGE/PME e IpardeS.

4. Período de junho a agosto de 2006.

TABELA 1

Variação da ocupação por região metropolitana

(Em %)

Períodos	Rio de Janeiro		São Paulo		Belo Horizonte		Recife	
	Período anterior	Período do ano anterior	Período anterior	Período do ano anterior	Período anterior	Período do ano anterior	Período anterior	Período do ano anterior
1º trim. 2005	-0,3	3,0	-0,6	5,0	-3,1	2,9	-2,6	1,5
2º trim. 2005	-0,3	0,9	1,5	4,8	3,6	4,0	1,5	1,6
Média jul.-ago./2005	1,0	0,0	0,4	3,6	0,5	1,4	0,4	1,5
3º trim. 2005	1,3	0,1	0,6	3,6	0,9	2,0	0,1	0,9
4º trim. 2005	1,1	1,8	0,7	2,2	2,2	3,4	1,7	0,7
1º trim. 2006	-0,7	1,4	-0,7	2,0	-1,5	5,2	-1,9	1,5
2º trim. 2006	-0,7	1,0	-0,2	0,3	3,2	4,9	1,9	1,8
Média jul.-ago./2006	1,7	2,0	2,1	1,7	3,8	8,1	0,0	1,4
	Salvador		Porto Alegre		Curitiba		Total	
	Período anterior	Período do ano anterior	Período anterior	Período do ano anterior	Período anterior	Período do ano anterior	Período anterior	Período do ano anterior
1º trim. 2005	-1,3	6,1	-2,6	2,5	2,3	7,1	-1,0	4,0
2º trim. 2005	-0,1	5,2	3,1	4,4	1,2	8,0	1,3	3,7
Média jul.-ago./2005	2,7	3,9	1,0	3,9	1,0	7,1	0,8	2,6
3º trim. 2005	2,7	3,6	0,7	3,5	0,4	5,0	0,9	2,6
4º trim. 2005	0,9	2,2	1,6	2,8	1,1	5,1	1,1	2,4
1º trim. 2006	-0,4	3,2	-2,2	3,2	-1,8	0,8	-1,0	2,3
2º trim. 2006	-1,7	1,6	1,4	1,4	0,4	0,0	0,2	1,2
Média jul.-ago./2006	2,8	1,5	2,0	2,0	1,1	0,3	2,6	2,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME e do Ipartdes.

A PED, produzida pela Seade e pelo Dieese, referente à RM de São Paulo, indica tendência similar à apontada pela PME, com registro de redução da ocupação nos primeiros três meses de 2006 e posterior recuperação, nos meses seguintes, mesmo que de forma modesta. Como essa pesquisa utiliza a metodologia de média móvel trimestral de seus indicadores, é compreensível que ainda não tenha registro de criação líquida de vagas (pelo contrário, seu resultado é de -120 mil postos) no acumulado de 2006, como apontado pela PME para a mesma região (75 mil). Em agosto, data do último dado disponível, a ocupação na Grande São Paulo cresceu 1,2% – ante o mesmo mês do ano anterior.

No que se refere à ocupação setorial, serviços⁵ lidera o crescimento de novas vagas ao longo de 2006 (tabela 2) – na média de julho e agosto deste ano, ante o mesmo período de 2005, a ocupação cresceu 4,1%, indicando, porém, arrefecimento da expansão do emprego em relação ao ocorrido nos primeiros trimestres do ano. O setor de construção civil, apesar de apontar variação negativa de 0,7% na média de julho e agosto de 2006, ante os primeiros dois meses do trimestre anterior, ainda mantém a segunda maior variação positiva da ocupação na comparação com o mesmo período do ano anterior (3,6%).

5. Essa categoria de setor de atividade compreende alugueis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

TABELA 2

Variação da ocupação por setor de atividade

(Em % - total nas sete regiões metropolitanas)

Períodos	Indústria		Construção civil		Comércio		Serviços a empresas		Administração pública		Serviços domésticos		Outros serviços	
	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior
1º trim. 2005	-1,4	5,9	-1,7	-0,3	0,8	2,0	-0,9	7,7	0,2	2,8	-1,1	9,0	-3,2	2,9
2º trim. 2005	0,7	3,3	0,4	5,1	0,1	2,0	-1,2	2,3	4,6	3,9	5,3	11,2	1,2	3,8
Média jul.-ago./2005	2,6	2,0	-4,1	1,6	-0,7	2,1	3,9	4,4	-1,2	0,2	1,5	9,8	1,9	2,2
3º trim. 2005	1,8	2,0	-3,0	2,8	0,1	1,9	5,4	5,2	-1,1	0,9	0,9	8,0	1,1	1,0
4º trim. 2005	1,2	2,3	4,6	0,2	1,8	2,8	1,5	4,7	0,4	4,1	-2,2	2,7	0,9	0,0
1º trim. 2006	-2,5	1,2	-1,9	0,0	-1,6	0,3	-0,2	5,5	0,3	4,1	0,5	4,4	-1,1	2,2
2º trim. 2006	-1,1	-0,6	0,1	-0,3	0,6	0,9	-0,7	6,0	1,7	1,3	-0,1	-1,0	0,2	1,2
Média jul.-ago./2006	2,7	0,3	-0,7	3,6	1,4	2,2	2,7	4,1	1,0	3,4	5,1	2,3	3,1	2,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME e do Ipartdes.

A 28ª Sondagem Nacional da Indústria da Construção, realizada pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon), em agosto, mostrou que os empresários do setor em todo o país voltaram a apontar aumento do desempenho de suas empresas. O emprego formal nesse setor mostra forte crescimento no acumulado de 2006 (9,7%), na comparação com o mesmo período de 2005, embora a ocupação total tenha crescido bem abaixo desse ritmo, como apontado tanto pelo SindusCon quanto pela PME.

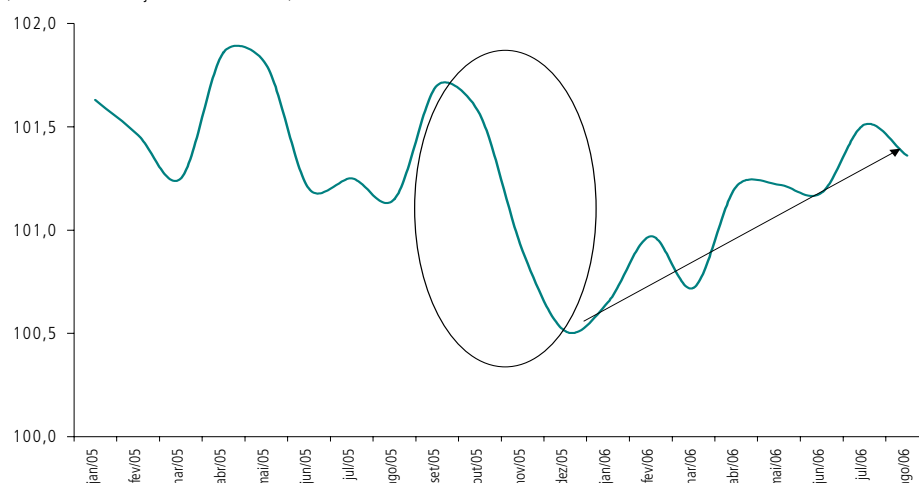
A ocupação na indústria, de acordo com a PME, mostrou sensíveis reduções no primeiro semestre de 2006 (-112 mil), para dar início à recuperação somente no bimestre de julho e agosto. Assim, a variação – ante o mesmo período do ano anterior – de 1,2% ocorrida no primeiro trimestre, que tinha passado para negativa em 0,6% no trimestre seguinte, voltou a ser positiva em 0,3% nos últimos dois meses. A Pimes – uma pesquisa do IBGE que monitora alguns indicadores do mercado de trabalho da indústria em todo o território brasileiro – corrobora os dados da PME: após forte queda do emprego no último trimestre de 2005, iniciou-se uma trajetória de recuperação em 2006, porém ainda não de forma suficiente para ultrapassar os níveis registrados em setembro do ano passado (gráfico 2). Em agosto, a ocupação manteve a expansão registrada em julho – na série dessazonalizada – de 0,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

O setor de comércio vem apresentando sólida recuperação da ocupação, registrando crescimento de 2,2% na média de julho e agosto de 2006, ante o mesmo período do ano anterior. Administração pública e serviços domésticos foram os únicos setores que contrataram no primeiro trimestre deste ano. Todavia, se o primeiro setor mantém o crescimento da ocupação ao longo de 2006 de forma consistente, na comparação com os meses correspondentes de 2005, o segundo, que registrava crescimento da ocupação da ordem de 2 dígitos no primeiro semestre de 2005, passou por expressivo arrefecimento até registrar queda de 1% no segundo trimestre de 2006, também na comparação ante o mesmo período do ano anterior. No entanto, nos meses de julho e agosto houve alguma recuperação da ocupação

GRÁFICO 2

Ocupação na indústria – série dessazonalizada

(Número índice base: janeiro de 2001 = 100)



Fonte: IBGE/Pimes.

para serviços domésticos (variação de 5,1% ante os dois primeiros meses do trimestre anterior), fazendo com que a variação ante o mesmo período de 2005 voltasse a ficar positiva em 2,3%.

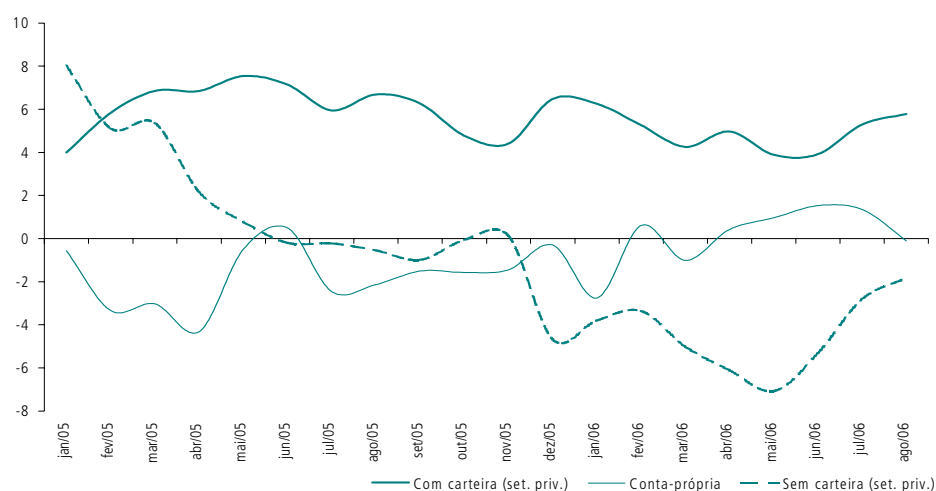
A ocupação segundo os diferentes vínculos do trabalho mantém características positivas há algum tempo. O emprego com carteira do setor privado, na variação ante o mesmo mês do ano anterior, continua crescendo mais que os empregos informais e que a ocupação total, por 19 meses consecutivos.⁶ Em agosto, esse contingente chegou a crescer 5,8%, o equivalente a 498 mil novos postos de trabalho sob a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) nos últimos 12 meses. Concomitante com esse movimento, o emprego sem carteira, também do setor privado, vem registrando quedas sucessivas há 15 meses, com exceção da relativa estabilidade alcançada em novembro de 2005 (0,1%), conforme delineado no gráfico 3.

O contingente de trabalhadores por conta própria, o qual vinha registrando quedas anuais da ocupação de julho de 2005 a janeiro de 2006, voltou, a partir de então, a acumular

GRÁFICO 3

Variação da ocupação por vínculo do trabalho

(Em % ante mesmo mês do ano anterior; sete RMs)



Fonte: IBGE/PME e Iparides.

6. Desde fevereiro de 2005.

variações positivas até registrar crescimento de 1,5% em junho. Todavia esse dinamismo não se consolidou, arrefecendo a expansão para 0,1% em agosto.

O Caged do MTE – registro administrativo que cobre todo território nacional – vem apresentando comportamento bastante favorável do emprego celetista: mantém praticamente a mesma média acumulada no ano⁷ de criação de novas vagas em 2006 (151 mil) que a observada no período correspondente de 2005 (152 mil). No indicador acumulado em 12 meses, a criação líquida de empregos celetistas foi de 1,24 milhão em agosto. Embora esteja abaixo do pico alcançado em novembro de 2004 (1,58 milhão), esse indicador se mantém ao redor de 1,25 milhão há 13 meses.

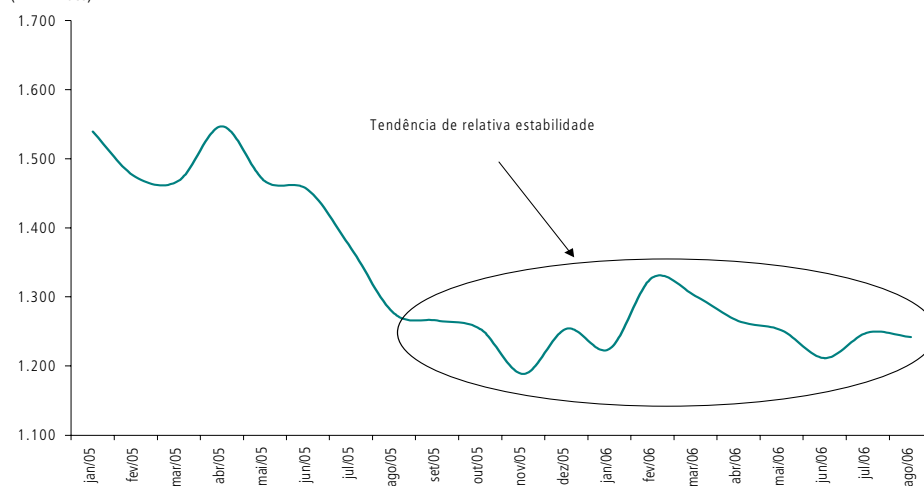
A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad)⁸ – também do IBGE – referente a 2005 revelou uma mudança bastante importante em relação à tendência de crescimento de empregos celetistas em áreas metropolitanas e não-metropolitanas. Nos anos anteriores, essa categoria de emprego crescia de modo mais expressivo em regiões não-metropolitanas (RNMs), porém, em 2005 a expansão do emprego formal foi relativamente a mesma nas RMs e nas RNMs.⁹

Assim, fez-se um exercício de comparação entre o crescimento do emprego com carteira do Caged e da PME. Sabendo-se das limitações de cobertura geográfica da PME – pesquisa que representa apenas 30,8% da ocupação com carteira do setor privado de todo Brasil¹⁰ – construiu-se uma espécie de simulação, adotando-se a hipótese da existência de um mercado de trabalho brasileiro totalmente metropolitano. O gráfico 5 mostra as curvas de crescimento absoluto do emprego celetista no acumulado de 12 meses – em média móvel trimestral – indo ao encontro das informações da Pnad, tanto para o ano de 2004 quanto de 2005. Ao longo de 2004, apesar de o crescimento do emprego celetista metropolitano ser menor do

GRÁFICO 4

Fluxo líquido de empregos e celetistas

(Em milhões)



Fonte: MTE/Caged.

7. Até agosto.

8. Uma das pesquisas mais completas sobre o tema mercado de trabalho, com periodicidade anual com dados disponíveis até o ano de 2005.

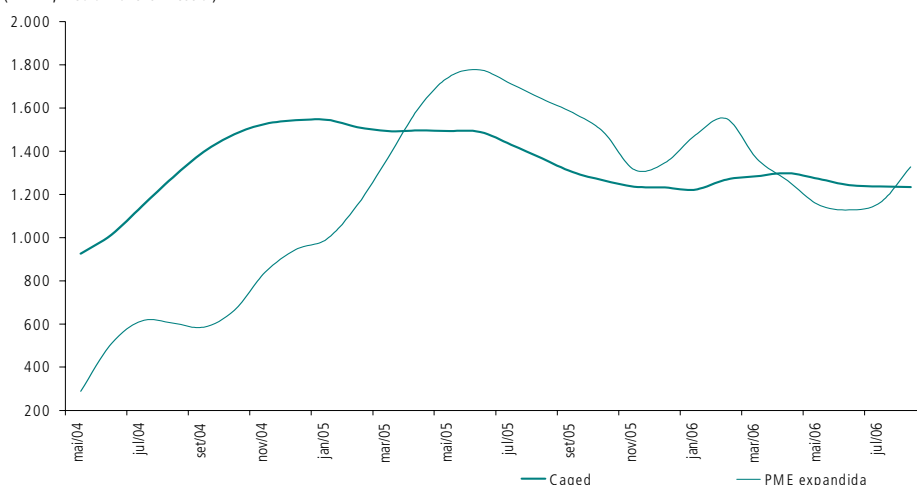
9. Ver nota técnica deste boletim sobre os resultados da Pnad 2005.

10. Excluídos os trabalhadores em serviços domésticos.

GRÁFICO 5

Criação líquida de empregos celetistas do setor privado no acumulado de 12 meses

(Em mil, média móvel trimestral)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME e do Caged.

que o não-metropolitano, houve clara aceleração da expansão do primeiro grupo. Esse movimento se deu de tal forma que a partir de abril do ano passado a PME “expandida” passou a registrar maior criação de empregos do que o Caged. A valorização da taxa de câmbio, nos últimos dois anos, contribuiu de forma decisiva no arrefecimento da expansão do emprego formal nas RNMs, onde a agricultura, a pecuária e a agroindústria são mais presentes.

Essa tendência se manteve até abril de 2006, quando o emprego passou a evoluir *pari passu* nas RMs e RNMs, de acordo com as duas fontes de informações. Entretanto, no mês de agosto houve um registro de maior aceleração do emprego celetista em RMs.

O emprego protegido¹¹ registrado na PME, considerando-se tanto o setor público como o privado, atingiu variação de 5,4% em agosto. Essa categoria de emprego apresenta variações positivas desde abril de 2004.¹² Esse movimento, aliado à queda dos empregos informais, fez com que o grau de formalidade¹³ se mantivesse nos maiores patamares registrados pela nova metodologia da PME. Após atingir o pico em abril de 2006 (54,4%), esse indicador caiu ligeiramente nos meses seguintes registrando 53,9% em agosto (gráfico 6). A média do acumulado de 2006 do grau de formalidade é de 53,9%, bastante acima dos 52,7% registrados no mesmo período de 2005.

A perda de ímpeto na evolução do grau de formalidade se deu pelo crescimento na margem do emprego informal nos últimos meses, ou seja, na variação ante o mês imediatamente anterior. A evolução dessa categoria de emprego sofre algumas influências no período de eleições, pela clara ocorrência de contratações temporárias e de vínculo informal para “fazer frente” à campanha dos candidatos aos cargos políticos.

A ocupação metropolitana por grupos de faixa etária, apesar de sofrer mudanças mais lentas de participação, aponta alguns aspectos interessantes. O contingente de pessoas com 10 a 17 anos de idade, que registrava quedas anuais de até 25,3% em meados do ano passado, reverteu essa tendência até apresentar variação positiva em março de 2006 – a

11. Nesse caso, foram incluídos nessa categoria os empregados com carteira, militares e estatutários, por serem ocupações que oferecem benefícios e maior segurança trabalhista.

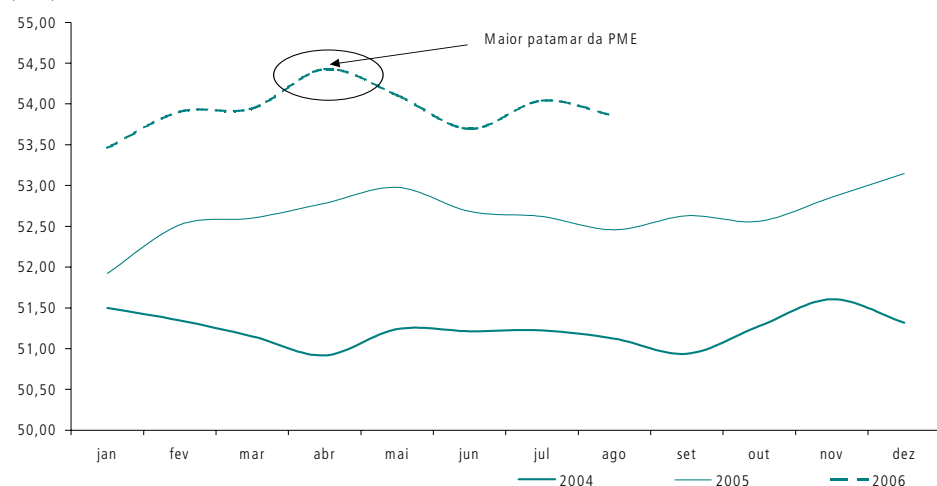
12. Porém, esse contingente cresce mais que o dos sem carteira também desde fevereiro de 2005.

13. Definida aqui como a razão dos empregos protegidos pela ocupação total.

GRÁFICO 6

Grau de formalidade

(Em %)



Fonte: IBGE/PME e Iparides.

participação desse grupo no total da ocupação, que estava se reduzindo, voltou, em 2006 a ficar em patamares ligeiramente acima do ano passado. Vale frisar que esse contingente é o menor dentre os demais (tabela 3), possibilitando maior volatilidade nos registros de variação desse grupo. O contingente com 18 a 24 anos de idade tem crescido ao mesmo passo da ocupação total, oscilando sua participação ao redor de 16% – no início de 2006, houve uma queda de sua participação (de 16,4% para 15,8%) até voltar para patamares acima de 16% em julho e agosto. O grupo com 25 a 49 anos de idade – que representava 63,7% da ocupação no início do ano – registrou diminuição de sua participação no início do terceiro trimestre de 2006. Isso porque o contingente mais velho da ocupação, ou seja, com 50 anos ou mais de idade, vem experimentando um aumento de sua participação – representando mais de 18% desde o segundo semestre de 2005, devido ao seu crescimento em ritmo acima da ocupação total.

No que tange à ocupação desagregada por grau de escolaridade, mantém-se a percepção de crescente demanda por qualificação por parte dos empregadores. O único contingente que apresenta tendência quase que ininterrupta de crescimento de sua representatividade perante o total da ocupação é o de 11 ou mais anos de estudo. Isso porque esse grupo tem se

TABELA 3

Participação da ocupação por faixa etária por grupos de idade

(Em %, média ante mesmo período do ano anterior)

Períodos	10 a 17 anos	18 a 24	25 a 49	50 ou +
1º trim. 2005	2,2	16,3	64,0	17,5
2º trim. 2005	2,1	16,3	63,7	17,9
Média jul.-ago./2005	2,1	16,1	63,8	18,0
3º trim. 2005	2,1	16,2	63,7	18,0
4º trim. 2005	2,1	16,4	63,3	18,2
1º trim. 2006	2,2	15,8	63,7	18,4
2º trim. 2006	2,3	15,9	63,8	18,1
Média jul.-ago./2006	2,2	16,3	63,3	18,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE e do Iparides.

TABELA 4

Participação da ocupação por grau de escolaridade

(Em %)

Períodos	0 a 3 anos	4 a 7	8 a 10	11 ou +
1º trim. 2005	8,2	23,2	18,4	50,2
2º trim. 2005	8,0	23,1	18,4	50,5
Média jul.-ago./2005	8,0	22,8	18,5	50,6
3º trim. 2005	8,0	22,8	18,6	50,6
4º trim. 2005	7,8	22,7	18,6	50,9
1º trim. 2006	7,7	22,2	18,2	51,9
2º trim. 2006	7,8	21,6	18,3	52,3
Média jul.-ago./2006	7,7	22,0	18,1	52,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE e do IpardeS.

expandido bastante acima da ocupação total – cresceu em 619 mil ocupações nos últimos 12 meses, enquanto a ocupação total aumentou em 561 mil.¹⁴ Paralelamente, os grupos com 4 a 7 anos e com 8 a 10 anos de escola reduziram sua participação. O que confirma o benefício que advém para os que investem mais tempo no estudo. No entanto, o que é curioso, o contingente com 0 a 3 anos de estudo, apesar de também vir reduzindo sua representatividade, o faz de maneira ligeiramente mais lenta que os demais.

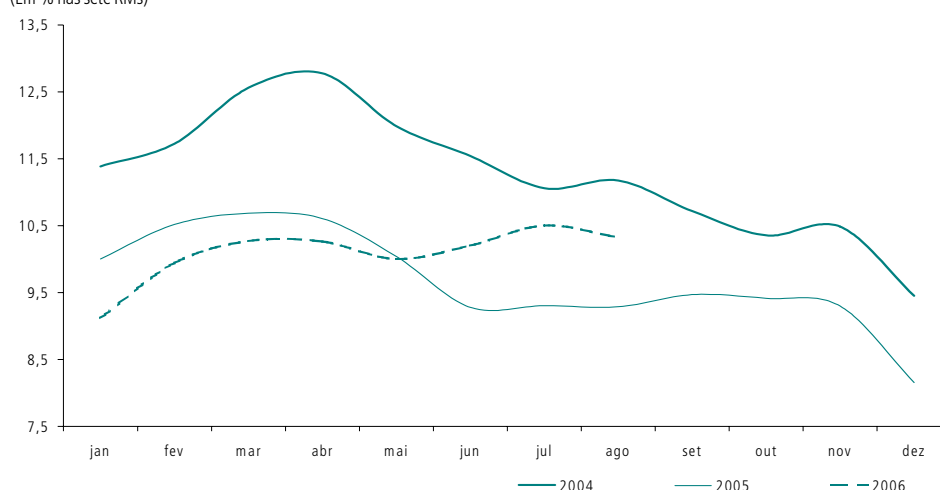
DESEMPREGO

A taxa de desocupação evoluiu de maneira bastante distinta da ocorrida no ano passado. Em 2005 esse indicador registrou queda acentuada em todo o segundo trimestre. Já em 2006 a taxa de desemprego cresceu de forma ligeiramente mais acelerada no primeiro trimestre que no mesmo período do ano passado, e não apresentou qualquer redução consistente no trimestre seguinte. Com isso, as curvas anuais da taxa de desemprego de 2006 e de 2005 se encontraram em maio. Não apenas estava difícil a redução desse indicador em 2006, como

GRÁFICO 7

Taxa de desemprego

(Em % nas sete RMs)



Fonte: IBGE/PME e IpardeS.

14. Esse número não é o mesmo da ocupação total agregada, pela existência de informações não declaradas na pesquisa.

nos meses posteriores a maio a taxa de desemprego continuou crescendo até alcançar em agosto 10,3%, uma diferença de 1 ponto percentual (p.p.) ante o mesmo mês de ano anterior.

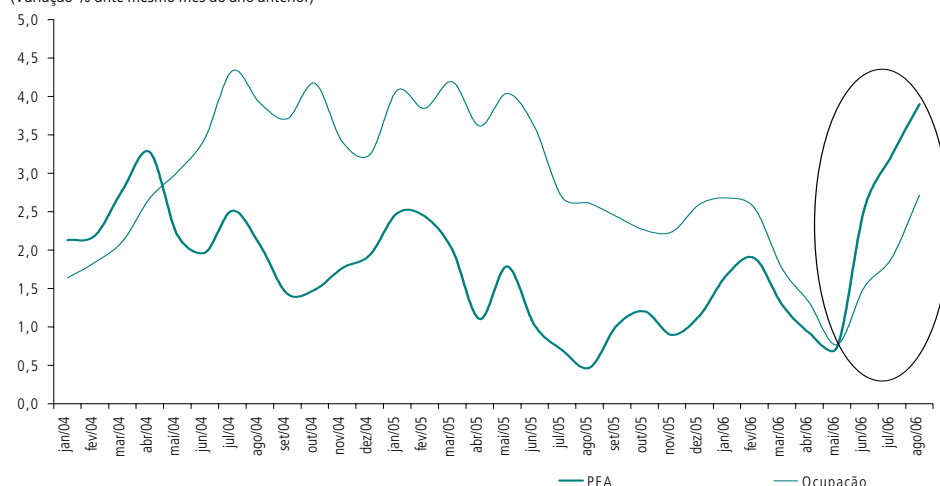
Todavia, seria erro acreditar em uma piora geral dos indicadores do mercado de trabalho. Como dito anteriormente, já foram criadas mais vagas em 2006 – nos últimos quatro meses até agosto – do que no mesmo período de 2005. Diante disso, o fator decisivo de elevação na taxa de desemprego foi a forte expansão da PEA. No ano passado esse contingente crescia a taxas muito baixas e em desaceleração até registrar variação de 0,7% em maio de 2006, ante o mesmo mês do ano passado. A partir daquele mês, a PEA passou a crescer em ritmo bastante forte (até registrar 3,9% em agosto), de forma, inclusive, acima da ocupação (gráfico 8), resultando em um aumento da taxa de participação em trajetória nunca vista antes (gráfico 9) na nova metodologia da PME.

Apesar da necessidade de um estudo mais aprofundado para buscar explicações do forte crescimento da PEA, acredita-se que a evolução favorável dos rendimentos reais pode ter atraído mais pessoas para o mercado de trabalho, pois aqueles que antes não procuravam

GRÁFICO 8

Varição da ocupação e PEA

(Variação % ante mesmo mês do ano anterior)

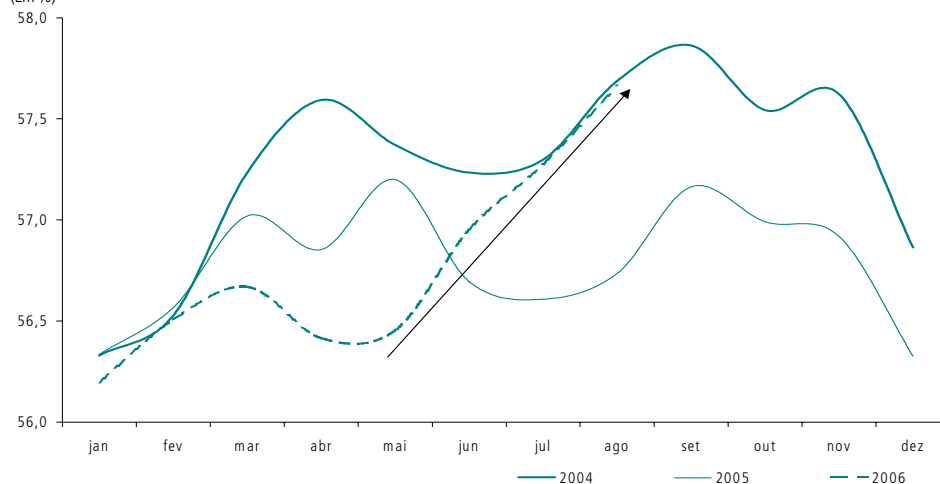


Fonte: IBGE/PME e Iparides.

GRÁFICO 9

PME: taxa de participação

(Em %)



Fonte: IBGE/PME e Iparides.

emprego – pessoas que poderiam ter salários de reserva¹⁵ superiores ao que o mercado oferecia – podem ter passado a fazê-lo estimulados pela perspectiva de maiores ganhos salariais. Outro fator de influência, como já foi lembrado, pode ter sido o período de eleições. Períodos como esse, de maior demanda por mão-de-obra temporária, em geral atraem grandes contingentes que procuram um “bico” como rendimento extra.

RENDIMENTOS DO TRABALHO

A média dos rendimentos reais habitualmente recebidos cresceu, ante o mês imediatamente anterior, em seis dos oito meses de 2006 – tendência inédita de crescimento na nova metodologia da PME – até atingir, em agosto, o valor de R\$ 1.039,46. A variação ante o mesmo mês do ano anterior chegou a 7,6% em maio, mas arrefeceu para 4,1% em julho e agosto. Apesar de a desaceleração da inflação em 12 meses ser um dos pilares do crescimento dos rendimentos médios reais, nos meses de abril e maio esse indicador evoluiu de maneira muito diferente quando comparado ao ocorrido no mesmo período dos dois anos anteriores (gráfico 10). O excepcional desempenho dos rendimentos reais nesses dois meses se deu, entre outros fatores, pelo aumento do salário mínimo – o maior dos últimos anos –, e pelo reajuste salarial dos servidores públicos.

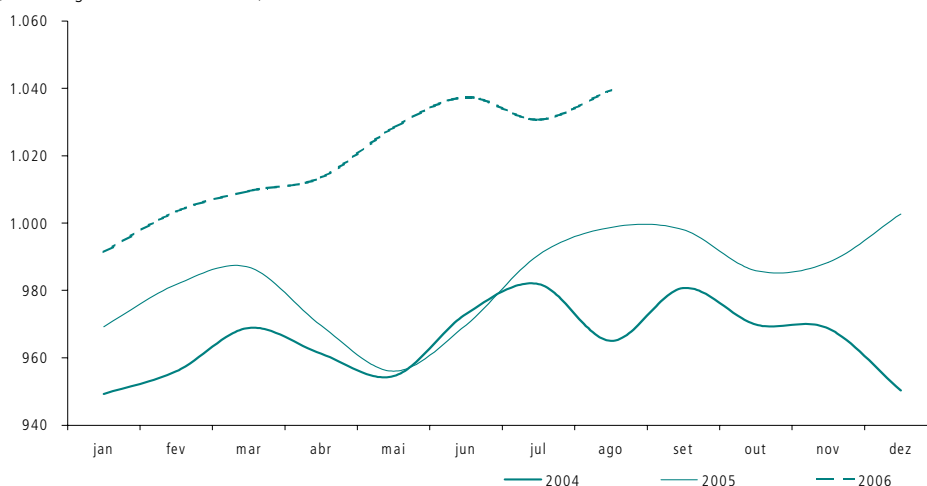
Somado a isso, o Dieese fez um levantamento em 271 unidades de negociação de categorias profissionais no período janeiro-junho de 2006, onde foram registradas as melhores negociações salariais dos últimos dez anos: 96% dos reajustes salariais ficaram iguais ou acima da inflação acumulada em cada data-base medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Desde 2004, os resultados das negociações coletivas de trabalho trilham uma linha progressivamente favorável à recuperação das perdas salariais.¹⁶

A massa salarial – calculada pela multiplicação entre os rendimentos reais efetivamente recebidos e a ocupação total em cada mês de referência – é caracterizada pela evolução

GRÁFICO 10

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos

(Em R\$ de agosto de 2006 nas sete RMs)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE e do Iparides.

15. Salário de reserva é aquele valor pelo qual um indivíduo está indiferente entre procurar ou não por uma vaga de trabalho. Qualquer patamar acima desse salário de reserva já poderia levar esse indivíduo a procurar por emprego. O inverso também ocorre.

16. A redução da inflação pode estar ajudando nesse quesito, pois em períodos de inflação alta a história mostra que, mesmo com fortes reajustes dos salários nominais, muitas vezes os rendimentos reais cresciam menos que a variação da inflação.

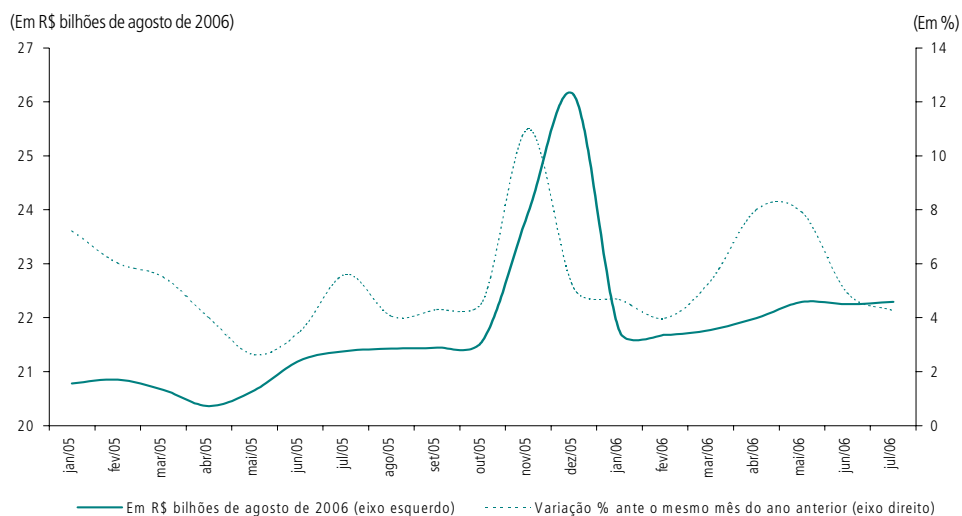
peculiar ao final de cada ano (gráfico 11). Isso porque os rendimentos efetivos captam algumas parcelas de rendimentos que os habituais não conseguem monitorar: 13º salário, recebimento de bonificação ou participações nos lucros das empresas, férias adiantadas, e qualquer outra parcela que as pessoas não recebem habitualmente em todos os meses do ano. Assim, ao final dos anos, a massa salarial geralmente registra um forte crescimento, em valores.

Entretanto, vale ressaltar a ocorrência do pico de expansão anual registrado no período abril-maio de 2006 – quando normalmente não ocorrem variações desse calibre –, pois a variação ante o mesmo mês do ano anterior passou para 8% e 7,9%, respectivamente. Acredita-se que os reajustes do salário mínimo e dos servidores públicos também sejam os maiores fatores de influência desse movimento – assim como ocorreu para a média de rendimentos reais habituais.

GRÁFICO 11

Massa salarial real efetiva

(Em R\$ bilhões de agosto de 2006)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE e do Iperdes.

NOTAS TÉCNICAS

AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS
DA PNAD DE 2005
Marcelo de Ávila

O EFEITO-DIPLOMA NO BRASIL
Anna Crespo
Maurício Cortez Reis

AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DA PNAD DE 2005

Marcelo de Ávila*

O foco desta nota é debater os resultados da Pnad de 2005 sobre o tema mercado de trabalho, com o objetivo de verificar se os bons resultados encontrados em 2004 experimentaram, ou não, alguma continuidade em 2005. Os principais resultados publicados em 2004 foram: forte crescimento da ocupação, seguido do aumento de postos de trabalho formais em ritmo superior ao da ocupação total, queda da taxa de desemprego, ligeiro crescimento dos rendimentos do trabalho principal, redução da desigualdade para o menor patamar já registrado por essa pesquisa nos últimos 20 anos, além da queda da taxa de fecundidade da população brasileira, que tem reflexos futuros sobre a força de trabalho.

O crescimento de 2% da População em Idade Ativa (PIA), apesar de maior que em 2004, permanece abaixo da média dos anos 1990. Vale frisar como aspecto relevante identificado na evolução da força de trabalho, ou População Economicamente Ativa (PEA),¹ nos dois últimos anos de publicações disponíveis da Pnad que tanto em 2004 quanto em 2005, esse contingente cresceu a uma taxa superior à da PIA, diferentemente da média anual entre os anos de 1995 e 2003, quando os crescimentos de ambos os grupos foram igualmente de 2,2%. Outro ponto importante em relação ao crescimento da PEA nos dois últimos anos é que ele se deu de forma acelerada, de 2,5% para 3,4% no ano seguinte. A maior procura de pessoas por uma ocupação em 2005 trouxe reflexos importantes ao mercado de trabalho, os quais serão investigados nas próximas seções.

A ocupação total em 2005, segundo o IBGE, cresceu 2,9%, pouco abaixo do ocorrido em 2004 (3,3%). A evolução do emprego com carteira² também foi menos expressiva em 2005 (5,2% ante 6,6% no ano anterior), representando a criação de 2,5 milhões de empregos³ celetistas, ante 2,7 milhões em 2004. Mesmo com a desaceleração do crescimento da ocupação total, os empregos com carteira cresceram mais em 2005 que na média anual entre 1995 e 2004 (tabela 1). Concomitante com a expressiva expansão da ocupação formal, o contingente de pessoas que trabalham na produção para o próprio consumo – que o IBGE também considera como ocupados, ao contrário da definição de ocupação feita em estudos anteriores do Ipea⁴ – mostrou um movimento bastante distinto do registrado em anos anteriores. Após cair, na média de 1995 a 2004, cerca de 0,2% ao ano (a.a.), em 2005 esse contingente cresceu 15%.

As próximas seções desta nota trazem uma análise mais detalhada da Pnad baseada em uma definição um pouco diferente de ocupação, construída pelo Ipea, em que são considerados ocupados os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, bem como as pessoas com ocupação não-remunerada com carga horária de mais de 15 horas

* Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea.

1. A PEA é a soma de todas as pessoas ocupadas e desocupadas que estão à procura de uma ocupação.

2. Incluindo serviços domésticos.

3. Em 2004 foram criados 2,66 milhões de vagas dessa categoria.

4. Amplamente explicada nesta nota.

TABELA 1

IBGE: ocupados por posição na ocupação

(Em milhões)

	1995	2004	2004 ^a	2005 ^a	Crescimento (a.a.%) 1995-2004	Crescimento (%) 2004 ^a -2005
PIA	120,94	147,20	149,76	152,74	2,2	2,0
PEA	74,14	91,04	92,86	96,03	2,3	3,4
Taxa de participação	61,30	61,80	62,00	62,90	-	-
Taxa de desemprego	6,10	9,00	8,90	9,30	-	-
Ocupação total	69,63	82,82	84,60	87,09	1,9	2,9
Empregado e trabalhador domésticos	40,80	52,68	53,17	54,64	2,9	2,8
Com carteira de trabalho assinada	20,65	27,22	27,36	28,79	3,1	5,2
Militares e estatutários	4,63	5,53	5,57	5,49	2,0	-1,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	15,52	19,93	20,24	20,36	2,8	0,6
Empregado	35,67	46,27	46,70	47,99	2,9	2,8
Com carteira de trabalho assinada	19,66	25,56	25,69	27,05	3,0	5,3
Militares e estatutários	4,63	5,53	5,57	5,49	2,0	-1,4
Outros sem carteira de trabalho assinada	11,37	15,18	15,44	15,45	3,3	0,1
Trabalhador doméstico	5,13	6,42	6,47	6,66	2,5	2,9
Com carteira de trabalho assinada	0,98	1,66	1,67	1,75	6,0	4,5
Sem carteira de trabalho assinada	4,15	4,75	4,80	4,91	1,5	2,3
Conta-própria	15,72	18,02	18,57	18,83	1,5	1,4
Empregador	2,73	3,43	3,48	3,68	2,6	5,9
Não-remunerado	6,98	5,41	5,88	5,91	-2,8	0,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3,22	3,18	3,39	3,89	-0,2	15,0
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,16	0,10	0,10	0,12	-5,4	23,0

Fonte: Pnads de 1995, 2004 e 2005.

^a Incluindo a área rural da região Norte.

semanais, além das que tinham atividades remuneradas das quais se encontravam temporariamente afastadas. Por conseguinte, foram excluídas da definição de ocupação do IBGE as pessoas com trabalho não-remunerado com jornada de trabalho inferior a 15 horas na semana de referência, assim como os indivíduos envolvidos com atividades para o consumo próprio ou construção para o próprio uso. A razão da alteração da definição “tradicional” de ocupação se justifica pela natureza desses vínculos que não caracterizam uma inserção de fato no mercado de trabalho, dadas as suas características de precariedade.⁵ Como a definição de ocupação sofreu essas alterações, o mesmo ocorreu, portanto, para a PEA, desocupados, taxa de desemprego e média dos rendimentos reais do trabalho principal.

A ocupação total brasileira – pessoas de 10 ou mais anos de idade –, seguindo essa definição, cresceu 2,5% em 2005, ou 1,94 milhão de empregos, acima da média anual de

5. Para uma análise mais detalhada a respeito, ver Ramos, L. e Ferreira, V. Geração de empregos e realocação no mercado de trabalho brasileiro – 1992-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 2005.

TABELA 2

Pnad: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas

(Em milhões)

Ocupados	1995	2004	2005	Crescimento (a.a. %) 1995-2004	Crescimento (%) 2004-2005
Brasil	65,39	78,69	80,63	2,1	2,5
Metropolitano	20,14	24,84	25,88	2,4	4,2
Não-metropolitano	45,24	53,85	54,75	2,0	1,7
Grandes regiões					
Norte	2,76	4,46	4,67	5,5	4,8
Nordeste	18,08	20,51	20,90	1,4	1,9
Sudeste	28,85	34,56	35,80	2,0	3,6
Sul	11,15	13,27	13,28	2,0	0,0
Centro-Oeste	4,54	5,89	5,98	2,9	1,6

Fonte: Elaboração própria a partir das Pnads de 1995, 2004 e 2005.

variação entre os anos de 1995 e 2004 (2,1%). O emprego cresceu mais nas regiões metropolitanas (RMs) – crescimento de 4,2% – do que nas não-metropolitanas (RNMs), onde a expansão desse indicador foi de apenas 1,7%, como demonstra a tabela 2. Em termos da composição do crescimento da ocupação, 53,4% dos empregos criados foram nas RMs, e 46,6% nas RNMs. Na comparação com o ocorrido em 2004, houve arrefecimento da expansão da ocupação tanto nas RMs quanto nas RNMs.⁶ Entretanto, enquanto o crescimento do emprego metropolitano ainda se manteve em 2005 bastante acima da média anual de 1995 a 2004 (2,4%), a abertura de vagas nas RNMs ficou abaixo da média anual de 2%, também no mesmo período.

Em relação à variação da ocupação por grandes regiões, 64,1% ocorreram na região Sudeste – registro de expansão de 3,6% –, sendo inclusive mais expressivo que na média dos últimos anos (2%). Na mesma linha de maior crescimento de empregos, está a região Nordeste, com expansão de 1,9%, ante 1,4% na média anual de 1995-2004. As demais grandes regiões apresentaram arrefecimento na criação de vagas: 4,8% no Norte e 1,6% no Centro-Oeste. Atenção especial deve ser dada à região Sul, a qual, em termos relativos, não apresentou qualquer crescimento do emprego em 2005, cenário de forte contraste com o ocorrido em 2004, quando a ocupação foi a que mais acelerou o crescimento diante da média anual dos anos anteriores. Esse comportamento, provavelmente, reflete as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola na região.

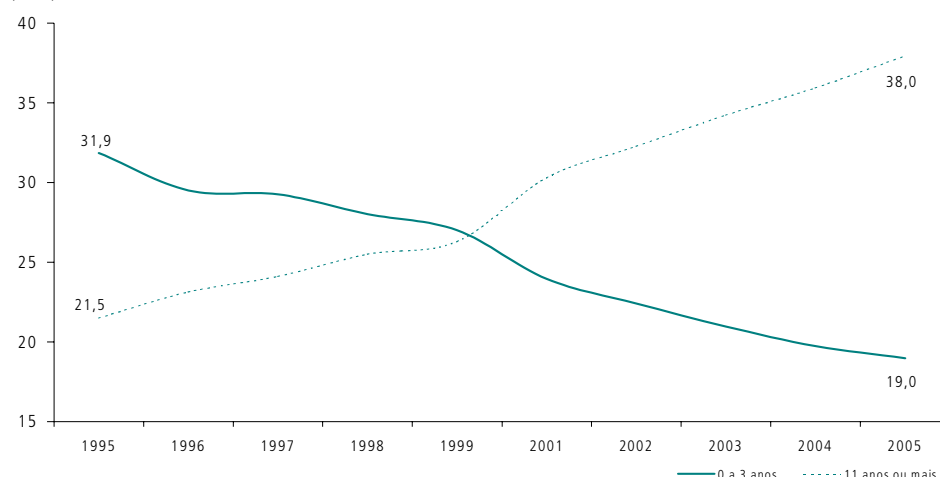
Em termos de ocupação desagregada por níveis de escolaridade, não houve qualquer alteração significativa da tendência já observada nos últimos anos. O contingente de pessoas ocupadas sem escolaridade ou até com três anos de estudo continua perdendo participação diante do total da ocupação (gráfico 1). De 2004 a 2005 a perda de participação foi de 0,7 p.p., passando para 19% – lembrando que em 1995 esse grupo representava 31,9% de toda a ocupação brasileira. De maneira oposta, o grupo de ocupados com 11 ou mais anos de estudo continua a ser o que mais se beneficia com o avanço da ocupação, com sua participação crescente no total de ocupados: em 2005 esse grupo representou 38% de todos os

6. Em 2004, a ocupação metropolitana cresceu 4,4% e a não-metropolitana expandiu-se em 3,5%.

GRÁFICO 1

Participação da ocupação por anos de estudo no total de ocupados

(Em %)



ocupados (um avanço de 2 p.p.). Esse contraste na evolução da ocupação por escolaridade denota claramente a maior dificuldade que os menos escolarizados enfrentam para obterem um emprego. Nos anos em que a ocupação cresceu em ritmo abaixo da PEA, o aperto para obtenção de uma vaga foi ainda maior porque o mercado de trabalho não conseguiu absorver todos os ingressantes na força de trabalho.

Em termos de ocupação pelos diferentes grupos de idade (tabela 3), o ano de 2005 trouxe resultados negativos no que se refere à ocupação infantil.⁷ Nos últimos 10 anos o trabalho infantil registrou crescimento em apenas 2 anos: 1999 e 2005. Entretanto, a participação desse grupo cresceu de 1,39% em 2004 para 1,42% em 2005.

Uma das causas do aumento do emprego infantil em 2005 pode ter sido a persistência do câmbio valorizado, que tem reduzido a competitividade de muitos setores, como a agricultura e a agropecuária. Ao desagregar a evolução da ocupação infantil por RMs e RNMs, percebe-se que do aumento de 53,5 mil crianças na ocupação, 76,6% (ou mais de 40 mil)

TABELA 3

Nível de ocupação por grupos de idade

	Grupos de idade	10 a 14 anos	15 a 24	25 a 49	50 ou +	Total
1995	Número de ocupados	2,66	15,92	37,17	9,63	65,38
	Participação no total (%)	4,10	24,30	56,90	14,70	100,00
1999	Número de ocupados	2,00	15,92	40,29	10,96	69,17
	Participação no total (%)	2,90	23,00	58,20	15,80	100,00
2004	Número de ocupados	1,09	17,06	47,31	13,23	78,69
	Participação no total (%)	1,40	21,70	60,10	16,80	100,00
2005	Número de ocupados	1,15	17,26	48,26	13,92	80,59
	Participação no total (%)	1,40	21,40	59,90	17,30	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir das Pnads de 1995, 2004 e 2005.

7. Vale ressaltar que esse tipo de ocupação, até os 14 anos – sendo que de 14 a 16 anos, a ocupação seria de caráter aprendiz apenas – é proibido por lei. Entretanto algumas pesquisas monitoram o grupo de 10 a 14 anos para justamente saber se as políticas públicas de erradicação do trabalho infantil estão surtindo efeito e em que grau tal evolução ocorre.

se deu nas áreas rurais das RNMs⁸ e 36,5% (ou 20 mil, estando dentro da margem de erro da amostra) nas RMs. Apesar do registro de quebra da tendência de erradicação do trabalho infantil em 2005, é prematura a hipótese de uma onda de crescimento do trabalho infantil nos próximos anos: das 27 unidades da federação brasileira, 12 apresentaram crescimento⁹ do trabalho infantil, 10 registraram queda¹⁰ e cinco apontaram estabilidade.

O contingente de 15 a 24 anos de idade, grupo que vem perdendo participação no total da ocupação, continuou com a mesma tendência em 2005 – embora de forma menos acentuada –, com queda de 0,9 p.p., para 21,4%. Esse fenômeno caracteriza a persistente dificuldade que os jovens têm de ingressarem no mercado de trabalho e também o maior tempo de permanência na fase de estudos.

A ocupação pelos diferentes vínculos do trabalho mostrou em 2005 uma evolução bastante importante no quesito emprego protegido¹¹ *vis-à-vis* o emprego informal.¹² Como indicado na tabela 4, a ocupação protegida – que possui maior qualidade, diante dos benefícios e rendimentos médios que oferece – cresceu a uma taxa de 4,2%, mantendo praticamente a mesma variação tanto em RMs (4,3%) quanto em RNMs (4,1%).

O crescimento do emprego protegido em ritmo similar tanto nas RMs como nas RNMs é um fenômeno diferente do ocorrido em anos anteriores, pois a média anual de crescimento entre 1995 e 2004 dessa categoria de ocupação nas RMs (1,9%) foi abaixo do registrado nas RNMs (3,7%). Ainda em 2004 o aumento do emprego formal nas RMs tinha sido de 4,6%, também abaixo da variação de 6,6% nas RNMs. O crescimento mais expressivo nas RMs captado na Pnad de 2005 corrobora a leitura dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, a qual aponta um desenvolvimento do emprego com carteira superior ao dos informais desde fevereiro de 2005,¹³ na variação ante o mesmo mês do ano anterior.

TABELA 4
Ocupação protegida

Trabalhadores protegidos	1995	2004	2005	Crescimento (a.a.%) 1995-2004	Crescimento (%) 2004-2005
Brasil	25,26	32,75	34,12	2,9	4,2
Metropolitano (Pnad)	10,75	12,69	13,23	1,9	4,3
Não-metropolitano	14,51	20,07	20,89	3,7	4,1
Grandes regiões					
Norte	0,88	1,53	1,63	6,3	6,9
Nordeste	4,19	5,40	5,62	2,9	4,2
Sudeste	14,04	17,33	18,03	2,4	4,0
Sul	4,53	6,03	6,17	3,2	2,5
Centro-Oeste	1,61	2,47	2,65	4,8	7,4

Fonte: Elaboração própria a partir das Pnads de 1995, 2004 e 2005.

8. Nas áreas urbanas das RNMs houve queda de 7 mil empregos de crianças de 10 a 14 anos, o que representa 13,1% da variação total desse grupo.

9. As maiores variações positivas do emprego infantil se deram em Minas Geras (20 mil), Maranhão (18 mil) e Ceará (12 mil).

10. A maior queda ocorreu em Santa Catarina (mais de 12 mil).

11. Foram considerados aqui como empregos protegidos as ocupações com carteira, estatutários e militares.

12. Soma das ocupações sem carteira e por conta própria.

13. Até agosto de 2006, último dado disponível.

Seguindo o padrão de crescimento do emprego nas grandes regiões, apenas a região Sul registrou pior desempenho da ocupação formal, enquanto as demais aceleraram o crescimento do emprego protegido, homogeneizando geograficamente o aumento da qualidade do emprego no Brasil.

Em relação aos empregos informais – ocupações sem carteira e por conta própria – houve também importantes alterações de tendência (tabela 5). A variação dos empregos informais nas RMs em 2005 foi ligeiramente superior à registrada na média anual entre 1995 e 2004. Entretanto, nas RNMs houve uma forte desaceleração do crescimento dessa categoria de ocupação, apontando praticamente estabilidade (0,2%) em 2005, ante o crescimento de 1,8% na média anual no período 1995-2004. Em relação às grandes regiões, enquanto o Norte (4,6%), o Sudeste (2,3%) e o Nordeste (1,7%) registraram crescimento do emprego informal, as regiões Sul (-1,7%) e Centro-Oeste (-4,6%) apontaram queda dessa categoria de ocupação.

A evolução geográfica distinta do emprego informal fez com que o grau de informalidade¹⁴ cedesse mais nas RNMs – queda de 1 p.p., passando para 53,7% – do que nas RMs – ligeira queda de 0,2 p.p. (gráfico 2). Com isso, o grau de informalidade total registrou a maior queda anual (0,8 p.p.) nos últimos 10 anos. Os resultados de 2005 confirmaram uma tendência de queda da informalidade iniciada em 2001.

Após a queda de 0,8 p.p da taxa de desemprego em 2004 (para 9,7%) – segundo a nossa definição de ocupação e desocupação –, no ano seguinte esse indicador voltou a avançar 0,5 p.p., chegando a 10,2%. Apesar da elevação, foi o menor aumento desse indicador nos últimos 10 anos. Vale ressaltar que essa variação da taxa de desemprego se deu pelo fato de

TABELA 5
Ocupação informal

Trabalhadores informais	1995	2004	2005	Crescimento (a.a.%) 1995-2004	Crescimento (%) 2004-2005
Brasil	31,10	37,90	38,40	2,2	1,2
Metropolitano (Pnad)	7,99	10,83	11,21	3,4	3,6
Metropolitano (PME)	6,55	8,71	9,00	3,2	3,4
Não-metropolitano	23,14	27,12	27,17	1,8	0,2
Urbano	15,50	20,48	20,32	3,1	-0,8
Rural	7,60	6,60	6,90	-1,5	3,2
Grandes regiões					
Norte	1,57	2,55	2,67	5,6	4,6
Nordeste	10,40	12,10	12,31	1,7	1,7
Sudeste	12,22	14,90	15,24	2,2	2,3
Sul	4,55	5,47	5,37	2,1	-1,7
Centro-Oeste	2,40	2,93	2,80	2,3	-4,6

Fonte: Elaboração própria a partir das Pnads de 1995, 2004 e 2005.

14. Foi definido como grau de informalidade a soma dos trabalhadores sem carteira e por conta própria dividida pela ocupação total, excluindo os trabalhadores não-remunerados.

GRÁFICO 2

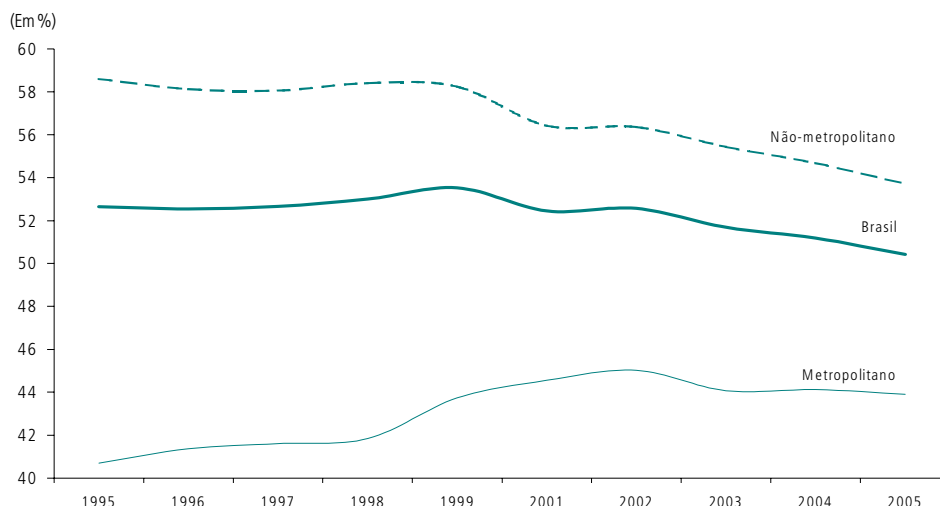
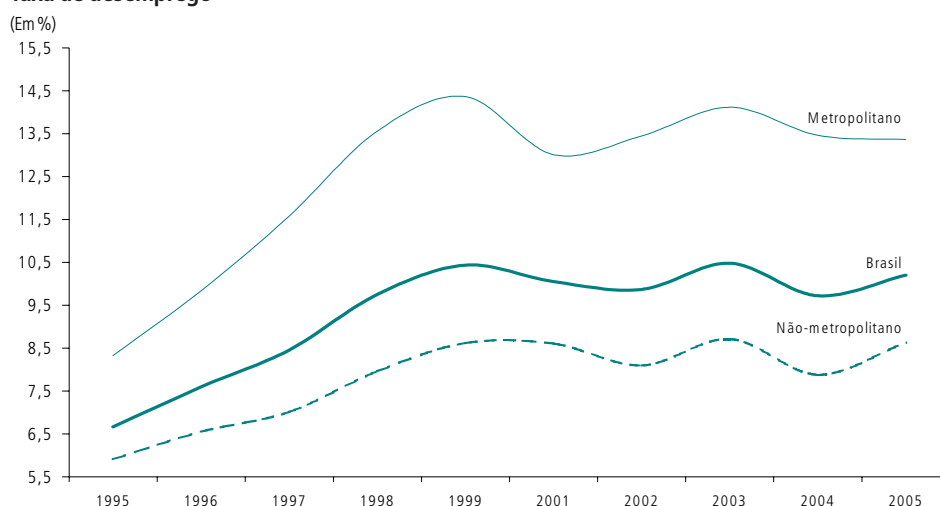
Grau de informalidade

GRÁFICO 3

Taxa de desemprego

a expansão desse indicador ter ocorrido nas RNMs, que passou de 7,9% para 8,6%. Nas RMs houve relativa estabilidade (de 13,5% para 13,4%). O avanço da taxa de desemprego ocorreu tanto pela menor criação de vagas em 2005 do que no ano anterior (1,94 milhão ante 2,8 milhões em 2004), quanto pela maior expansão da PEA – 2,6 milhões em 2005 ante 2,4 milhões no ano anterior. Assim repetiu-se o mesmo fenômeno ocorrido em 2003, como indicado no gráfico 4.

Em relação aos rendimentos médios reais do trabalho principal, 2005 foi o segundo ano consecutivo de aumento desse indicador. Somado a isso, a variação de 4,4%, que o levou a R\$ 727,19, foi a maior alta desde 1996, quando houve expansão de 4,6%. No entanto, mesmo com a presença de crescimento em aceleração dos rendimentos reais de 2004 para 2005, esse indicador ainda se encontra abaixo do patamar de 2002 (R\$ 739,30), pois a queda de 6,4% em 2003 ainda não foi revertida por completo nos anos seguintes. Uma das razões para o crescimento dos rendimentos reais em 2005, além da desaceleração da inflação, é o efeito composição, segundo o qual a expansão do emprego com carteira – contingente que recebe rendimentos maiores que a média – acaba por impulsionar a média total do rendimento real.

GRÁFICO 4

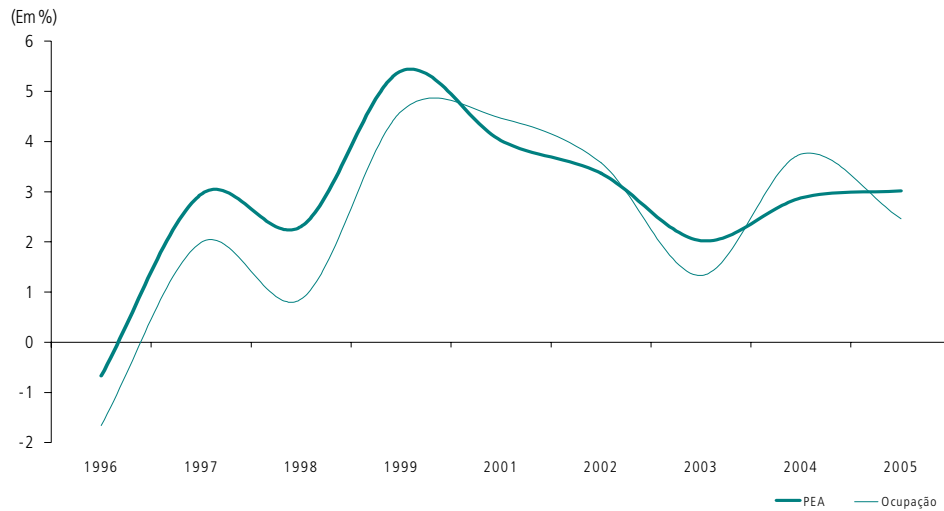
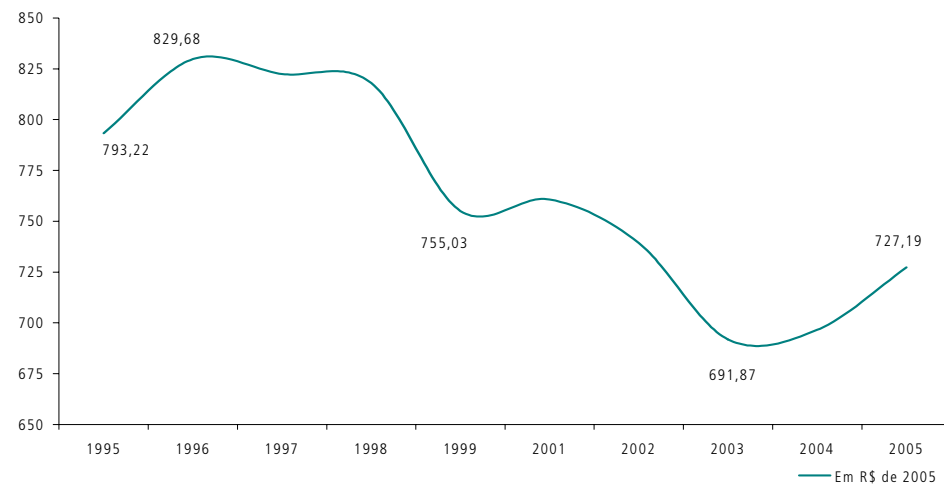
Varição da PEA e ocupação

GRÁFICO 5

Rendimentos médios reais do trabalho principal

(Em R\$ de setembro de 2005)



O EFEITO-DIPLOMA NO BRASIL

Anna Crespo*

Maurício Cortez Reis**

Existe praticamente um consenso na literatura econômica de que os rendimentos de um indivíduo estão relacionados positivamente com o seu nível educacional. Esse resultado é justificado pelo fato de um maior nível educacional aumentar a produtividade dos trabalhadores e, conseqüentemente, os seus rendimentos no mercado de trabalho. Alguns críticos contestam essa relação de causalidade entre educação e rendimentos, argumentando que as pessoas com mais escolaridade são aquelas que possuem maior habilidade individual, e como esse fator influencia os rendimentos positivamente, é estabelecida uma associação entre educação e rendimentos. A partir de uma comparação de uma série de estudos, realizados através dos mais diversos métodos de estimação, Ashenfelter e Rouse (1998), porém, apresentam evidências contrárias a essa última hipótese. Esse resultado tem implicações importantes em termos de políticas públicas, ressaltando o papel da educação como instrumento para aumento do bem-estar social.

No Brasil, a elevada desigualdade de renda tem como seu principal determinante as diferenças educacionais, reforçando a importância de se saber melhor como os rendimentos se relacionam com o nível de educação. As evidências mostram que, com uma escassez de trabalhadores mais escolarizados, o mercado de trabalho brasileiro proporciona ganhos elevados para cada ano adicional de estudo, mesmo para os padrões internacionais.

Uma questão importante e com implicações para a influência da educação sobre a distribuição dos rendimentos se refere à forma funcional que descreve de maneira mais adequada a relação entre essas duas variáveis. A maioria dos estudos que analisam empiricamente a relação entre rendimentos e educação adota a especificação derivada do modelo de Mincer (1974). De acordo com esse modelo, o logaritmo dos rendimentos é representado por uma função linear dos anos de educação. De acordo com o efeito-diploma, no entanto, um ano adicional de escolaridade tem um efeito ainda mais acentuado sobre os rendimentos quando corresponde à conclusão de um grau ou à obtenção de um diploma. O argumento para justificar esse resultado é que o empregador pode utilizar a informação oferecida pela obtenção de um grau completo ou um diploma como um sinal positivamente correlacionado com a produtividade não-observada do trabalhador, como motivação e perseverança, por exemplo. Dessa forma, o efeito-diploma implica uma relação não-linear e descontínua entre a educação e o logaritmo dos rendimentos.

O objetivo dessa nota é apresentar estimativas do efeito-diploma para o Brasil. Pretende-se com isso oferecer evidências que ajudem no entendimento da relação entre educação e rendimentos no mercado de trabalho brasileiro. Os resultados aqui apresentados são baseados no estudo mais amplo de Crespo e Reis (2006), que investigam a evolução do efeito-diploma ao longo do tempo no Brasil, assim como a trajetória da relação entre escolaridade e rendimentos, de uma forma mais geral.

* Da Princeton University.

** Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea.

Esta nota está assim estruturada: a seção seguinte apresenta alguns fatos estilizados sobre os rendimentos do trabalho e o nível educacional dos trabalhadores no Brasil. Em seguida, são mostrados resultados empíricos que indicam a presença do efeito-diploma no Brasil. Por fim, são apresentadas as conclusões.

EDUCAÇÃO E ESCOLARIDADE NO BRASIL

O gráfico 1 mostra o logaritmo da média dos rendimentos do trabalho principal por ano de escolaridade em 2004. A relação entre essas duas variáveis é positiva e altamente não-linear. Até os 10 anos de escolaridade, cada ano adicional tem um efeito relativamente pequeno sobre o logaritmo dos rendimentos. A partir desse ponto, no entanto, há nitidamente uma mudança na tendência, que passa a relacionar aumentos na escolaridade a ganhos bastante consideráveis nos rendimentos.

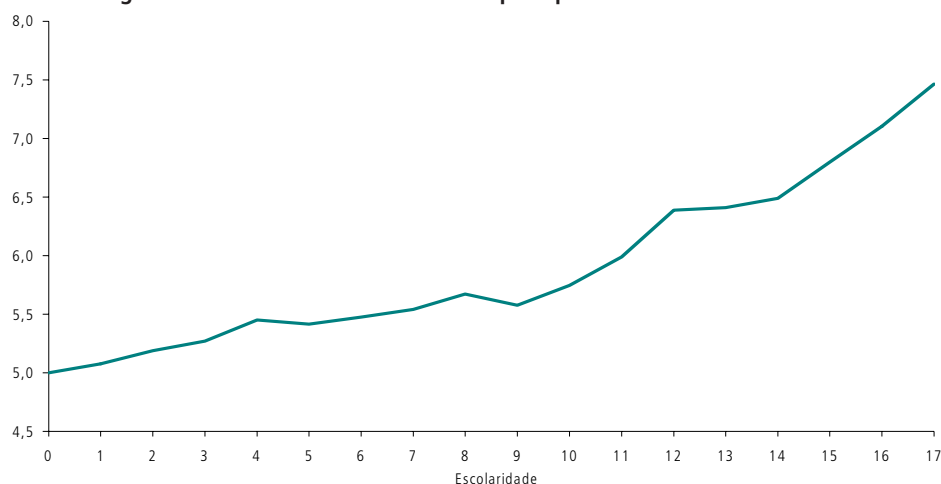
Neste trabalho são usados quatro graus para o sistema educacional brasileiro. O primeiro corresponde ao primeiro ciclo do primário e requer 4 anos completos de estudo. Na verdade, esse grau foi extinto na reforma do sistema educacional do início da década de 1970, mas ainda pode ser uma referência importante, principalmente para trabalhadores de gerações mais velhas. O segundo, correspondente ao primário completo e hoje denominado fundamental, é alcançado com 8 anos completos de escolaridade. Em seguida vem o médio ou secundário, que é completado com 11 anos de estudo. Finalmente, o último grau corresponde ao superior completo, obtido normalmente com 15 anos de escolaridade. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) não permitem distinguir entre mestrado e doutorado.¹

No gráfico 1, podem ser notados alguns saltos no logaritmo dos rendimentos correspondentes a 4 e 8 anos de estudos completos. Mas a elevada não-linearidade não permite identificar, através de uma análise gráfica, variações desproporcionais em 11 e 15 anos de estudos.

O gráfico 2 apresenta a distribuição de educação entre os indivíduos ocupados em 2004. Nota-se que aproximadamente 20% dos trabalhadores não possuem sequer 4 anos de escolaridade, e 60% deles têm no máximo 10 anos completos de escolaridade, ou seja, não

GRÁFICO 1

Média do logaritmos dos rendimentos do trabalho principal e escolaridade^a



Fonte: Pnad de 2004.

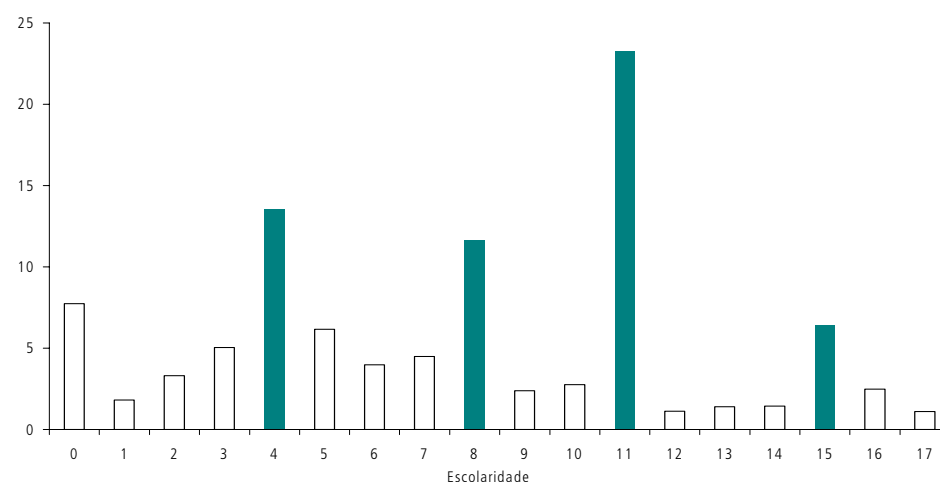
^a Indivíduos com idade entre 25 e 60 anos, residindo em áreas urbanas.

1. Na Pnad, cada indivíduo reporta a última série completada em cada ciclo educacional. A partir dessas informações são calculados os anos completos de escolaridade de cada pessoa.

GRÁFICO 2

Distribuição de educação^a

(Em %)



Fonte: Pnad de 2004.

^a Indivíduos com idade entre 25 e 60 anos, residindo em áreas urbanas.

possuem o secundário completo. Portanto, fica bem nítida nessa figura a escassez de trabalhadores escolarizados no Brasil.

No mesmo gráfico as barras escuras representam os graus completos. Mais da metade dos trabalhadores estão concentrados nesses quatro graus. A maior concentração é observada para aqueles com o secundário, em torno de 23% do total. Em segundo lugar aparece o grupo com o primário completo, que corresponde a 14% dos trabalhadores. Indivíduos com 4 anos de estudo somam 8% do total, enquanto cerca de 6% possuem curso superior completo.

RESULTADOS: O EFEITO-DIPLOMA

Na tabela a seguir são apresentados os resultados de regressões por mínimos quadrados ordinários em que o logaritmo dos rendimentos do trabalho principal é usado como variável dependente. Como variáveis de controle, são incluídas *dummies* para gênero, raça e região de residência, experiência potencial no mercado de trabalho e experiência ao quadrado. A experiência potencial é calculada subtraindo-se da idade do indivíduo a idade com que ele começou a trabalhar. As regressões também incluem uma interação entre os anos de escolaridade e a experiência. A amostra utilizada nas estimações é composta por todos os indivíduos ocupados, residindo nas áreas urbanas, com idades entre 25 e 60 anos.

Na coluna 1, a educação é representada por um termo linear nos anos de escolaridade. De acordo com o resultado, cada ano adicional de estudo aumenta os rendimentos em 12%. Na coluna seguinte, a educação é representada por um polinômio do terceiro grau. A escolaridade, tanto ao quadrado quanto ao cubo, possui efeitos estatisticamente significativos sobre os rendimentos. Essa evidência aponta para uma relação não-linear entre o logaritmo dos rendimentos e a escolaridade.

Os efeitos dos graus completos sobre os rendimentos são identificados através de uma função com saltos e mudanças de inclinação nos anos de educação correspondentes à obtenção de diploma ou à conclusão de um determinado grau. A terceira coluna da tabela inclui as variáveis que procuram captar o efeito-diploma. Para representar o efeito da conclusão do primeiro ciclo do primário, por exemplo, é incluída uma variável *dummy* igual a 1 para

Equações de rendimentos

(Variável dependente: logaritmo dos rendimentos do trabalho principal)

	(1)	(2)	(3)
Anos de escolaridade (<i>S</i>)	0,1219 [73,27]***	0,073 [15,10]***	0,041 [4,72]***
Anos de escolaridade ao quadrado		-0,0055 [9,05]***	
Anos de escolaridade ao cubo		0,0005 [20,75]***	
Experiência	0,0318 [22,53]***	0,0234 [17,10]***	0,0197 [13,43]***
Experiência ao quadrado	-0,0004 [16,91]***	-0,0004 [16,31]***	-0,0003 [15,66]***
Experiência x escolaridade	-0,0003 [5,00]***	0,0004 [5,64]***	0,0008 [3,02]***
Primeiro ciclo do primário (<i>D4</i>)			-0,0212 [0,59]
Segundo ciclo do primário (<i>D8</i>)			0,1478 [4,97]***
Secundário (<i>D11</i>)			0,2333 [8,15]***
Superior (<i>D15</i>)			0,175 [4,73]***
Experiência x <i>D4</i>			0,0028 [2,39]**
Experiência x <i>D8</i>			-0,0041 [3,44]***
Experiência x <i>D11</i>			0,0006 [0,56]
Experiência x <i>D15</i>			-0,0053 [3,70]***
Anos de escolaridade = 16			-0,056 [2,57]**
<i>D4</i> x (<i>S-4</i>)			-0,0102 [1,63]
<i>D8</i> x (<i>S-8</i>)			-0,0029 [0,34]
<i>D11</i> x (<i>S-11</i>)			0,1362 [14,43]***
<i>D15</i> x (<i>S-15</i>)			0,1166 [8,06]***
Mulher	-0,5363 [106,01]***	-0,5418 [109,60]***	-0,5436 [109,91]***
Negro	-0,1772 [33,19]***	-0,1612 [30,81]***	-0,1588 [30,38]***
Constante	4,6091 [196,48]***	5,0182 [204,14]***	5,114 [180,72]***
Observações	98,414	98,414	98,414
<i>R</i> ² -quadrado	0,43	0,46	0,46

As estatísticas-t robustas são apresentadas entre colchetes.

As regressões incluem dummies regionais.

* Significativo para 5%.

** Significativo para 1%.

todos os indivíduos com pelo menos quatro anos de estudo e zero para os demais. O efeito da conclusão do primário é captado por uma *dummy* igual a 1 para aqueles com 8 anos de estudo ou mais e zero para os demais indivíduos. O mesmo é feito para o ensino médio e o superior. Já a mudança de inclinação correspondente ao primeiro ciclo do primário é capturada pela interação entre a *dummy* para a conclusão desse grau e uma variável igual aos anos de escolaridade dos indivíduos com mais de 4 anos de estudo menos 4. Para pessoas com 4 anos ou menos de escolaridade essa variável é igual a zero. Procedimento semelhante é feito para os outros graus.² As regressões também incluem interações entre os efeitos do diploma e a experiência do indivíduo. À medida que a firma adquire mais informações sobre o trabalhador, o impacto da conclusão do grau deve ser menor, como mostram Belman e Heywood (1997).

De acordo com os resultados encontrados, a conclusão de um grau associado a determinados níveis mais altos de educação tem impacto significativo sobre os rendimentos. Para o primeiro ciclo do primário, o efeito não é significativo. A conclusão do primário, entretanto, implica um aumento nos rendimentos de 15%, enquanto o grau secundário tem um efeito positivo de 23%. O diploma superior tem efeito positivo e significativo sobre os rendimentos, estimado em 18%. As evidências, portanto, indicam que a conclusão de um grau no Brasil tem impacto substancial sobre os rendimentos recebidos pelos indivíduos no mercado de trabalho. Esses efeitos são inclusive superiores aos obtidos por Ramos e Vieira (1996), usando dados da Pnad para 1990. Esses autores encontraram um aumento de 6% nos rendimentos associado à conclusão do primeiro grau. Já o grau secundário e o curso superior, naquele mesmo estudo, representaram aumentos de 18%. As diferenças entre os resultados dos dois estudos parecem devidas à metodologia, já que Crespo e Reis (2006) encontram evidências que indicam uma redução do efeito-diploma ao longo do tempo no Brasil.

Os resultados também mostram que a relação entre o logaritmo dos rendimentos e a educação tende a ficar mais acentuada a partir de 11 anos de escolaridade, ocorrendo um aumento ainda maior na inclinação após 15 anos de estudo. Essas evidências mostram que há uma convexidade na trajetória do logaritmo dos rendimentos ao longo dos anos de educação.

CONCLUSÕES

As evidências apresentadas nesta nota mostram que a conclusão de graus de educação tem efeitos significativos sobre os rendimentos. Portanto, não apenas cada ano a mais de escolaridade gera um determinado aumento percentual nos rendimentos, como esse ganho pode ser bastante significativo se o ano adicional de educação está associado a um grau completo. Para o primário completo, foi estimado um aumento de 15% nos rendimentos. Já para o secundário e o superior, foram estimados efeitos-diploma de 18% e 23%, respectivamente.

Além disso, os resultados mostram que o impacto da educação sobre os rendimentos se torna cada vez mais acentuado à medida que mais anos de escolaridade são acumulados pelo indivíduo. Com isso, a relação entre o logaritmo dos rendimentos e a educação é extremamente convexa no Brasil, ampliando ainda mais o papel dos diferenciais educacionais como determinante da desigualdade de renda.

2. Para detalhes sobre a metodologia empírica, ver Hungerford e Solon (1987).

REFERÊNCIAS

- ASHENFELTER, O.; ROUSE, C. *Schooling, intelligence, and income in America: cracks in the Bell Curve*. Industrial Relations Section, Princeton University, 1998.
- BELMAN, D.; HEYWOOD, J. Sheepskin effects by cohorts: implications of job matching in a signaling model. *Oxford Economic Papers*, v. 49, n. 4, p. 623-37, 1997.
- CRESPO, A.; REIS, M. *The sheepskin effects evolution over time in Brazil*. 2006. Mimeo.
- HUNGERFORD, T.; SOLON, G. Sheepskin effects in the return to education. *Review of Economics and Statistics*, n. 69, p. 175-7, 1987.
- MINCER, J. *Schooling, experience and earnings*. New York: Columbia University Press, 1974.
- RAMOS, L.; VIEIRA, M. L. *A relação entre educação e salários no Brasil*. Ipea, 1996 (Série Seminários, 21/96).

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 25 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para maiores informações, consultar:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/22022005reponderacao.shtm>

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1.	PEA por região metropolitana	A1
2.	PEA por gênero	A2
3.	PEA por grau de instrução	A2
4.	PEA por faixa etária	A3
6.	Taxa de participação por região metropolitana	A4
7.	Taxa de participação por gênero	A5
8.	Taxa de participação por grau de instrução	A5
9.	Taxa de participação por faixa etária	A6
10.	População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A7

A2. OCUPAÇÃO

1.	Nível de ocupação por região metropolitana	A9
2.	Nível de ocupação por gênero	A10
3.	Nível de ocupação por grau de instrução	A11
4.	Nível de ocupação por faixa etária	A12
5A.	Nível de ocupação por posição na ocupação	A13
5B.	Empregados por categoria de ocupação	A14
6.	Nível de ocupação por setor de atividade	A15

A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1A.	Admissões por UF	A17
1B.	Desligamentos por UF	A18
1C.	Variação do nível de emprego por UF	A19
2A.	Admissões por setor de atividade	A20
2B.	Desligamentos por setor de atividade	A21
2C.	Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A22

A4. DESEMPREGO

1.1	Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A23
1.2	Taxa de desemprego aberto: PED	A24
1.3	Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A25
1.4	Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A26
1.5	Taxa de desemprego total: PED	A27
2.	Taxa de desemprego por gênero: PME	A28
3.	Taxa de desemprego por grau de instrução: PME	A28
4.	Taxa de desemprego por faixa etária: PME	A29
6.	Taxa de desemprego por posição na família: PME	A30
7.	Composição do desemprego por gênero: PME	A30
9.	Composição do desemprego por posição na família: PME	A31
10.	Composição do desemprego por faixa etária: PME	A32
11.	Composição do desemprego por grau de instrução: PME	A33
13.	Composição do desemprego por faixa de duração: PME	A34

A5. SEGURO-DESEMPREGO

- | | |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A35 |
|--|-----|

A7. RENDIMENTOS

- | | |
|--|-----|
| 1A. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região | A37 |
| 1B. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região | A38 |
| 6A. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A39 |
| 6B. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação | A40 |
| 7. Salário mínimo real | A41 |

A9. INFORMALIDADE

- | | |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana | A43 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana | A44 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana | A45 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A46 |

A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.1

PEA por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	1.358	1.475	2.045	5.134	8.503	1.727	20.241	n.d.	n.d.
2003	1.460	1.547	2.159	5.279	9.061	1.788	21.293	1.369	22.662
2004	1.451	1.590	2.250	5.382	9.270	1.810	21.753	1.394	23.147
2005	1.478	1.647	2.273	5.380	9.368	1.845	21.990	1.470	23.460
Jan.-ago./2005	1.457	1.635	2.251	5.350	9.369	1.827	21.889	1.470	26.360
2005									
Setembro	1.511	1.677	2.319	5.433	9.390	1.881	22.211	1.477	23.688
Outubro	1.523	1.663	2.318	5.435	9.404	1.870	22.214	1.460	23.674
Novembro	1.521	1.668	2.324	5.474	9.388	1.888	22.263	1.467	23.730
Dezembro	1.519	1.669	2.311	5.415	9.279	1.886	22.079	1.469	23.548
2006									
Janeiro	1.516	1.675	2.282	5.396	9.319	1.858	22.045	1.473	23.518
Fevereiro	1.523	1.633	2.306	5.428	9.427	1.837	22.154	1.494	23.648
Março	1.525	1.629	2.336	5.438	9.445	1.869	22.242	1.470	23.712
Abril	1.542	1.592	2.334	5.416	9.421	1.854	22.158	1.477	23.635
Maiο	1.538	1.602	2.388	5.432	9.383	1.892	22.235	1.479	23.714
Junho	1.553	1.629	2.415	5.441	9.526	1.920	22.484	1.473	23.957
Julho	1.537	1.650	2.445	5.485	9.634	1.907	22.659	1.456	24.115
Agosto	1.523	1.666	2.465	5.544	9.753	1.924	22.875	1.479	24.354
Jan.-ago./2006	1.532	1.635	2.371	5.448	9.489	1.883	22.357	1.475	23.832

Fontes: IBGE/PME e Iparde/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não disponível.

A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	11.371	8.869
2003	11.830	9.463
2004	11.984	9.769
2005	12.094	9.896
Jan.-ago./2005	12.036	9.853
2005 Setembro	12.228	9.984
Outubro	12.224	9.990
Novembro	12.211	10.052
Dezembro	12.172	9.906
2006 Janeiro	12.153	9.892
Fevereiro	12.186	9.968
Março	12.265	9.978
Abril	12.242	9.917
Maio	12.288	9.947
Junho	12.311	10.174
Julho	12.379	10.280
Agosto	12.467	10.408
Jan.-ago./2006	12.286	10.071

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.3
PEA por grau de instrução
(Anos de escolaridade, mil pessoas)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	7.047	4.112	9.041
2003	7.229	4.267	9.762
2004	7.036	4.261	10.416
2005	6.760	4.220	10.978
Jan.-ago./2005	6.765	4.187	10.903
2005 Setembro	6.772	4.338	11.071
Outubro	6.770	4.286	11.125
Novembro	6.789	4.369	11.070
Dezembro	6.661	4.148	11.244
2006 Janeiro	6.597	4.097	11.334
Fevereiro	6.535	4.231	11.374
Março	6.557	4.195	11.465
Abril	6.458	4.241	11.434
Maio	6.490	4.223	11.493
Junho	6.618	4.234	11.565
Julho	6.679	4.296	11.646
Agosto	6.822	4.305	11.703
Jan.-ago./2006	6.595	4.228	11.502

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.4
PEA por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	95	573	4.018	12.576	2.980
2003	128	620	4.103	13.141	3.302
2004	108	604	4.131	13.378	3.532
2005	64	528	4.040	13.641	3.716
Jan.-ago./2005	62	531	4.028	13.601	3.667
2005					
Setembro	80	525	4.061	13.758	3.788
Outubro	62	545	4.035	13.784	3.789
Novembro	67	516	4.108	13.727	3.844
Dezembro	70	502	4.055	13.615	3.838
2006					
Janeiro	69	532	3.988	13.609	3.847
Fevereiro	63	513	3.983	13.768	3.827
Março	78	562	3.907	13.854	3.841
Abril	76	532	3.937	13.872	3.742
Maiο	84	533	4.001	13.859	3.759
Junho	83	571	4.094	13.880	3.856
Julho	79	583	4.227	13.955	3.814
Agosto	74	576	4.256	14.056	3.913
Jan.-ago./2006	76	550	4.049	13.857	3.825

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.6

Taxa de participação por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3	n.d.	n.d.
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,2
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
Jan.-ago./2005	49,2	58,3	56,1	53,9	59,5	56,0	56,5	60,5	56,8
2005									
Setembro	50,8	59,3	57,2	54,5	59,2	57,2	57,0	59,9	57,2
Outubro	51,1	58,6	57,1	54,3	59,2	56,9	56,8	59,3	57,0
Novembro	50,7	58,7	57,0	54,3	59,0	57,2	56,8	59,3	56,9
Dezembro	50,4	58,5	56,6	53,9	58,0	56,8	56,1	59,1	56,3
2006									
Janeiro	50,3	58,7	55,9	53,6	58,1	56,1	56,0	59,3	56,2
Fevereiro	50,5	57,4	56,3	54,0	58,8	55,4	56,3	60,0	56,5
Março	50,6	57,2	57,0	54,2	58,9	56,5	56,5	59,2	56,7
Abril	51,7	55,9	56,9	53,7	58,6	55,9	56,2	59,4	56,4
Maiο	51,4	56,1	58,1	53,8	58,2	56,7	56,3	59,3	56,5
Junho	51,8	56,9	58,7	53,8	59,1	57,4	56,8	58,9	57,0
Julho	51,3	57,6	59,2	54,4	59,6	57,0	57,2	57,9	57,3
Agosto	50,6	58,0	59,5	54,9	60,0	57,4	57,6	58,7	57,7
Jan.-ago./2006	51,0	57,2	57,7	54,1	58,9	56,6	56,6	59,1	56,8

Fontes: IBGE/PME e Iparde/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.7

Taxa de participação por gênero

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	66,3	45,7
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
Jan.-ago./2005	66,8	47,6
2005 Setembro	67,1	48,1
Outubro	66,7	48,1
Novembro	66,6	48,2
Dezembro	66,2	47,3
2006 Janeiro	66,1	47,2
Fevereiro	66,2	47,5
Março	66,7	47,6
Abril	66,5	47,2
Maio	66,7	47,1
Junho	66,8	67,1
Julho	67,1	48,7
Agosto	67,4	49,0
Jan.-ago./2006	66,7	50,2

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.8

Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	40,9	57,1	74,9
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
Jan.-ago./2005	40,1	56,6	75,7
2005 Setembro	39,9	58,0	76,5
Outubro	39,6	57,4	76,9
Novembro	39,6	57,9	76,5
Dezembro	39,2	56,3	75,4
2006 Janeiro	39,2	55,6	74,8
Fevereiro	39,0	56,2	75,5
Março	39,2	56,3	75,8
Abril	38,6	56,1	75,8
Maio	38,6	56,3	75,9
Junho	39,3	57,3	76,0
Julho	39,6	58,0	76,4
Agosto	39,9	58,8	77,0
Jan.-ago./2006	39,2	56,8	75,9

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.1.9

Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a		2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003		3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004		3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005		1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
	Jan.-ago./2005	1,8	22,7	69,3	78,6	37,9
2005	Setembro	2,2	22,5	70,6	78,8	38,5
	Outubro	1,7	23,0	70,3	78,8	38,4
	Novembro	1,9	21,7	70,2	78,8	38,5
	Dezembro	1,9	21,8	68,6	78,1	38,1
2006	Janeiro	1,9	22,8	68,4	78,2	37,8
	Fevereiro	1,7	22,1	69,3	78,9	37,7
	Março	2,1	23,7	69,2	79,1	37,9
	Abril	2,0	22,4	69,5	78,8	37,3
	Maiο	2,2	22,9	69,6	78,5	37,5
	Junho	2,2	24,4	70,2	79,0	38,3
	Julho	2,1	25,5	71,7	79,2	38,3
	Agosto	1,9	25,1	72,3	79,7	38,9
	Jan.-ago./2006	2,0	23,6	70,0	78,9	38,0

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

A1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA A.1.10

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período		Disponíveis		Não-disponíveis	Total
		Marginalmente ligadas à PEA ^a	Total		
2002 ^b		1.087	3.181	445	3.626
2003		989	2.823	408	3.230
2004		1.030	2.825	369	3.194
2005		1.037	2.828	346	3.174
Jan.-ago./2005		1.044	2.861	332	3.193
2005	Setembro	1.011	2.824	362	3.186
	Outubro	980	2.730	368	3.098
	Novembro	936	2.631	340	2.971
	Dezembro	1.160	2.862	423	3.285
2006	Janeiro	1.099	2.810	354	3.164
	Fevereiro	989	2.625	284	2.908
	Março	952	2.524	331	2.856
	Abril	963	2.522	339	2.861
	Maio	977	2.613	363	2.976
	Junho	1.036	2.740	430	3.170
	Julho	1.077	2.759	415	3.174
	Agosto	1.004	2.584	417	3.001
Jan.-ago./2006		1.012	2.647	367	3.014

Fonte: IBGE/PME.

^a Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

^b Média referente ao período mar.-dez.

A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	1.188	1.254	1.828	4.618	7.420	1.576	17.885	n.d.	n.d.
2003	1.258	1.289	1.925	4.794	7.785	1.619	18.669	1.247	19.917
2004	1.267	1.335	2.011	4.895	8.098	1.654	19.259	1.281	20.540
2005	1.282	1.392	2.074	4.965	8.410	1.708	19.830	1.361	21.191
Jan.-ago./2005	1.273	1.378	2.043	4.930	8.364	1.691	19.680	1.354	21.078
2005 Setembro	1.285	1.421	2.131	5.029	8.483	1.723	20.072	1.374	21.446
Outubro	1.306	1.416	2.122	5.004	8.503	1.730	20.081	1.364	21.445
Novembro	1.298	1.418	2.134	5.053	8.476	1.753	20.132	1.393	21.525
Dezembro	1.307	1.425	2.149	5.047	8.551	1.760	20.238	1.389	21.627
2006 Janeiro	1.285	1.426	2.096	5.024	8.462	1.714	20.006	1.367	21.373
Fevereiro	1.280	1.412	2.096	4.999	8.436	1.699	19.922	1.376	21.297
Março	1.273	1.406	2.120	4.974	8.443	1.714	19.929	1.348	21.277
Abril	1.289	1.378	2.121	4.964	8.411	1.700	19.862	1.349	21.210
Maio	1.308	1.385	2.186	4.966	8.395	1.736	19.974	1.367	21.341
Junho	1.314	1.410	2.208	4.963	8.488	1.762	20.145	1.374	21.518
Julho	1.302	1.413	2.221	5.010	8.541	1.741	20.229	1.360	21.588
Agosto	1.295	1.428	2.251	5.090	8.626	1.765	20.455	1.385	21.840
Jan.-ago./2006	1.293	1.407	2.162	4.999	8.475	1.729	20.065	1.366	21.431

Fontes: IBGE/PME e Iparde/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível

TABELA A.2.2

Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período		Masculino	Feminino
2002 ^a		10.248	7.636
2003		10.641	8.029
2004		10.895	8.364
2005		11.156	8.675
	Jan.-ago./2005	11.083	8.597
2005	Setembro	11.289	8.782
	Outubro	11.290	8.792
	Novembro	11.284	8.847
	Dezembro	11.338	8.901
2006	Janeiro	11.229	8.777
	Fevereiro	11.193	8.729
	Março	11.219	8.710
	Abril	11.208	8.653
	Maio	11.271	8.703
	Junho	11.255	8.890
	Julho	11.288	8.941
	Agosto	11.397	9.058
	Jan.-ago./2006	11.258	8.808

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.3

Nível de ocupação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, mil pessoas)

Período	0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2002 ^a	557	1.189	4.447	3.478	8.173
2003	565	1.183	4.610	3.560	8.716
2004	532	1.131	4.628	3.590	9.339
2005	485	1.103	4.573	3.657	9.980
Jan.-ago./2005	484	1.106	4.566	3.615	9.876
2005					
Setembro	490	1.110	4.584	3.749	10.108
Outubro	483	1.099	4.598	3.711	10.156
Novembro	473	1.082	4.623	3.796	10.123
Dezembro	498	1.098	4.552	3.704	10.361
2006					
Janeiro	455	1.082	4.509	3.599	10.345
Fevereiro	480	1.063	4.415	3.642	10.307
Março	476	1.080	4.392	3.623	10.332
Abril	467	1.096	4.301	3.670	10.302
Maiο	484	1.094	4.298	3.667	10.402
Junho	504	1.079	4.422	3.623	10.450
Julho	475	1.102	4.459	3.666	10.486
Agosto	488	1.110	4.575	3.658	10.579
Jan.-ago./2006	479	1.088	4.421	3.644	10.400

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.4

Nível de ocupação por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	78	377	3.152	11.445	2.833
2003	105	384	3.144	11.909	3.128
2004	89	390	3.200	12.215	3.366
2005	54	352	3.207	12.638	3.578
Jan.-ago./2005	52	349	3.175	12.580	3.523
2005					
Setembro	68	356	3.220	12.771	3.656
Outubro	52	360	3.233	12.785	3.651
Novembro	56	344	3.299	12.719	3.714
Dezembro	59	369	3.338	12.744	3.728
2006					
Janeiro	58	364	3.199	12.670	3.716
Fevereiro	53	337	3.126	12.720	3.684
Março	61	381	3.062	12.740	3.685
Abril	68	368	3.073	12.763	3.590
Maiο	72	352	3.137	12.800	3.613
Junho	70	389	3.213	12.766	3.706
Julho	67	383	3.276	12.840	3.663
Agosto	58	372	3.320	12.930	3.775
Jan.-ago./2006	63	368	3.176	12.779	3.679

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.5A

Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002 ^a	8.141	3.796	1.354	11	3.468	897	217	17.884
2003	8.266	4.090	1.370	13	3.729	1.025	177	18.669
2004	8.425	4.339	1.397	9	3.910	1.012	167	19.239
2005	8.920	4.430	1.452	8	3.843	1.021	157	19.831
Jan.-ago./2005	8.848	4.407	1.435	9	3.806	1.020	156	19.681
2005 Setembro	9.030	4.465	1.460	6	3.935	1.022	161	20.078
Outubro	8.966	4.500	1.511	7	3.918	1.018	160	20.080
Novembro	9.042	4.485	1.516	7	3.903	1.012	167	20.132
Dezembro	9.223	4.458	1.456	7	3.906	1.039	148	20.238
2006 Janeiro	9.131	4.436	1.498	3	3.758	1.017	164	20.006
Fevereiro	9.152	4.305	1.520	9	3.796	984	154	19.922
Março	9.125	4.262	1.553	8	3.796	1.034	152	19.929
Abril	9.234	4.243	1.517	3	3.739	982	144	19.862
Maiο	9.276	4.246	1.465	9	3.809	1.019	151	19.974
Junho	9.269	4.336	1.463	15	3.876	1.029	156	20.145
Julho	9.391	4.423	1.452	5	3.858	972	128	20.229
Agosto	9.435	4.485	1.500	9	3.855	1.006	164	20.455
Jan.-ago./2006	9.252	4.342	1.496	8	3.811	1.005	152	20.065

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.2.5B

Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002 ^a	7.261	2.639	381	273	1.354	500	885
2003	7.412	2.902	357	274	1.370	498	914
2004	7.561	3.058	344	292	1.397	520	989
2005	7.984	3.101	357	283	1.452	579	1.047
Jan.-ago./2005	7.915	3.086	354	279	1.435	579	1.042
2005 Setembro	8.063	3.092	379	300	1.460	588	1.072
Outubro	8.047	3.157	364	289	1.511	556	1.054
Novembro	8.107	3.153	347	277	1.516	588	1.055
Dezembro	8.268	3.118	366	296	1.456	589	1.044
2006 Janeiro	8.225	3.046	348	305	1.498	558	1.085
Fevereiro	8.247	2.942	342	288	1.520	563	1.075
Março	8.225	2.890	342	310	1.553	558	1.062
Abril	8.301	2.890	371	294	1.517	562	1.060
Maio	8.333	2.892	377	290	1.465	566	1.064
Junho	8.300	2.942	392	310	1.463	578	1.084
Julho	8.370	3.010	415	316	1.452	606	1.097
Agosto	8.437	3.046	403	313	1.500	595	1.126
Jan.-ago./2006	8.305	2.957	374	303	1.496	573	1.082

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

A2. OCUPAÇÃO

TABELA A.2.6

Nível de ocupação por setor de atividade

(Em mil pessoas)

Período	Indústria ^a	Construção	Comércio ^b	Intermediação financeira ^c	Administração pública ^d	Serviços domésticos	Outros serviços	Outras atividades
2002 ^e	3.143	1.366	3.698	2.313	2.872	1.385	3.000	106
2003	3.287	1.409	3.764	2.507	2.951	1.412	3.186	153
2004	3.410	1.408	3.832	2.637	3.022	1.509	3.306	135
2005	3.510	1.436	3.905	2.757	3.105	1.626	3.362	129
Jan.-ago./2005	3.480	1.422	3.886	2.705	3.092	1.621	3.341	131
2005								
Setembro	3.547	1.439	3.895	2.880	3.129	1.660	3.395	126
Outubro	3.570	1.445	3.946	2.871	3.152	1.610	3.369	118
Novembro	3.594	1.488	3.931	2.814	3.138	1.643	3.397	126
Dezembro	3.563	1.485	3.996	2.877	3.103	1.634	3.458	123
2006								
Janeiro	3.484	1.460	3.963	2.888	3.094	1.643	3.354	122
Fevereiro	3.485	1.426	3.897	2.856	3.141	1.638	3.358	121
Março	3.497	1.443	3.854	2.842	3.191	1.620	3.363	119
Abril	3.417	1.429	3.920	2.821	3.194	1.622	3.324	136
Maio	3.477	1.462	3.889	2.829	3.175	1.630	3.379	133
Junho	3.450	1.433	3.951	2.854	3.201	1.662	3.459	133
Julho	3.552	1.433	3.942	2.857	3.211	1.703	3.417	114
Agosto	3.542	1.440	4.012	2.890	3.228	1.721	3.502	1.202
Jan.-ago./2006	3.488	1.441	3.929	2.855	3.179	1.655	3.395	260

Fonte: IBGE/PME.

^a Indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

^b Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis.

^c Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

^d Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

^e Média referente ao período mar.-dez.

A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA A.3.1A
Admissões por UF

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Jan.-ago./05	Set./05	Out./05	Nov./05	Dez./05	Jan./06	Fev./06	Mar./06	Abr./06	Maior06	Jun./06	Jul./06	Ago./06	Jan.-ago./06
RO	46.788	49.073	51.199	55.768	65.619	69.691	49.055	6.339	5.221	5.067	4.009	5.060	5.252	5.664	5.361	6.334	6.244	7.263	6.952	48.130
AC	9.572	11.416	11.687	10.728	11.884	14.943	10.379	1.434	1.055	1.024	1.051	1.451	1.177	1.298	1.153	1.523	1.450	2.147	1.676	11.875
AM	83.079	89.022	86.413	88.113	117.620	131.903	88.908	12.275	11.596	11.206	7.918	12.346	10.975	13.383	12.311	13.038	11.103	11.298	13.628	98.082
RR	4.958	6.015	5.221	5.966	7.311	7.613	5.459	901	829	615	424	714	863	750	627	705	569	626	623	4.763
PA	129.505	143.350	143.755	160.830	201.677	208.479	141.114	20.675	17.580	16.387	12.723	17.744	16.574	17.276	15.438	17.861	18.629	20.597	24.077	148.196
AP	9.923	9.735	9.491	10.699	12.901	14.564	9.458	1.532	1.349	1.262	963	1.143	974	999	948	1.230	1.135	1.158	1.359	8.946
TO	27.829	29.963	31.305	32.726	41.636	42.363	29.674	3.721	3.330	3.404	2.234	2.750	3.863	3.960	3.620	4.578	4.376	3.679	4.300	31.126
MA	57.334	69.239	60.558	62.670	70.431	85.854	59.368	6.736	7.283	7.174	5.293	7.695	5.774	8.304	6.703	7.960	8.569	8.764	9.870	63.639
PI	47.854	48.127	46.875	46.111	48.839	54.121	36.625	4.732	4.631	4.990	3.143	4.338	3.880	4.825	4.812	4.820	7.138	5.413	5.549	40.775
CE	212.751	223.517	215.582	210.583	227.205	240.637	157.882	23.062	20.933	21.849	16.911	19.986	18.805	19.542	18.172	22.487	21.793	22.837	27.295	170.917
RN	85.770	103.114	97.748	105.122	137.285	137.839	88.061	15.551	11.058	12.130	11.039	11.737	9.808	11.027	10.330	11.583	11.876	13.884	14.160	94.405
PB	69.315	78.281	74.189	67.107	73.471	79.613	52.674	9.382	6.336	6.473	4.748	5.792	5.802	6.188	5.237	7.718	6.543	7.495	12.006	56.781
PE	240.023	270.845	254.078	251.413	274.965	311.754	187.601	53.404	27.952	24.277	18.520	24.791	20.885	20.754	22.698	31.500	27.056	26.289	32.898	206.871
AL	80.891	93.729	88.185	93.277	99.851	103.837	42.027	35.277	15.223	7.072	4.238	5.506	4.758	4.408	5.215	7.088	6.794	7.433	8.581	49.783
SE	51.094	54.826	55.944	52.951	61.982	64.234	42.176	5.269	6.829	5.699	4.261	6.302	5.846	5.556	5.150	5.351	5.460	5.974	6.957	46.596
BA	338.769	357.821	348.538	349.688	406.076	470.493	323.939	40.927	38.868	36.219	30.540	41.444	35.890	40.460	36.477	42.397	41.536	45.317	43.987	327.508
MG	1.271.750	1.284.887	1.276.156	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.105.792	132.306	124.498	122.172	95.112	124.568	130.561	139.923	134.029	171.284	176.618	158.446	163.665	1.199.094
ES	207.676	221.636	221.484	222.795	255.143	291.455	201.651	23.501	24.296	22.385	19.622	25.196	24.382	25.652	27.409	33.855	25.123	25.233	28.674	215.524
RJ	966.615	1.009.454	890.500	863.172	930.436	1.017.193	682.163	84.203	82.018	90.800	78.009	88.871	84.336	89.235	88.100	92.137	81.549	86.123	90.760	701.111
SP	3.142.311	3.342.485	3.067.642	2.972.094	3.426.878	3.811.240	2.689.307	308.827	291.103	288.396	233.607	339.285	347.006	368.368	372.508	383.802	346.427	336.374	351.044	2.844.814
PR	656.104	735.560	710.236	735.432	860.828	898.971	638.850	71.299	68.004	67.745	53.073	76.919	81.897	90.879	84.221	83.627	73.919	75.628	77.938	645.028
SC	468.212	525.573	531.525	556.244	655.009	692.088	476.962	54.097	56.563	60.063	44.403	65.229	74.407	67.550	57.549	59.489	53.653	55.840	62.341	496.058
RS	761.293	814.128	757.568	777.864	914.638	869.708	601.109	63.719	68.864	76.511	59.505	74.743	79.838	92.625	75.920	73.371	64.432	65.413	73.029	599.371
MS	113.595	127.138	131.314	140.349	162.065	163.467	118.879	12.330	11.288	11.930	9.040	15.977	15.218	16.479	16.219	14.132	12.363	15.399	14.535	120.322
MT	151.152	174.754	182.489	201.391	253.451	240.380	178.077	17.491	18.112	15.304	11.396	19.500	23.274	21.550	17.444	18.325	18.891	19.494	19.728	158.206
GO	265.797	292.087	298.605	301.347	346.598	380.208	263.687	31.673	30.581	30.949	23.318	34.435	33.991	34.480	32.133	33.325	31.494	32.896	33.355	266.109
DF	168.172	185.868	164.092	159.672	180.282	195.838	131.245	18.300	16.326	16.662	13.305	15.923	16.944	18.502	16.318	16.257	15.672	18.726	17.735	136.077
Total	9.668.132	10.351.643	9.812.379	9.809.343	11.296.496	12.178.366	8.412.122	1.058.963	971.726	967.150	768.405	1.048.731	1.062.980	1.129.637	1.076.102	1.165.777	1.080.412	1.079.746	1.146.722	8.790.107

Fonte: MTE/Caged.

TABELA A.3.1B

Desligamentos por UF

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Jan.-ago./05	Set./05	Out./05	Nov./05	Dez./05	Jan./06	Fev./06	Mar./06	Abr./06	Mai/o/06	Jun./06	Jul./06	Ago./06	Jan.-ago./06
RO	43.913	46.598	46.444	52.369	59.584	64.807	43.013	5.414	5.414	5.251	5.072	6.057	4.989	4.740	6.366	4.100	5.516	5.326	5.590	5.668
AC	8.241	9.994	10.872	10.881	11.064	12.607	7.991	1.082	1.082	1.034	1.135	1.365	1.473	1.453	1.115	855	1.380	1.064	1.328	1.386
AM	70.035	82.873	75.316	77.977	94.889	111.964	69.780	9.324	9.324	9.166	10.031	13.663	10.960	9.264	10.374	9.275	10.559	11.169	11.747	11.565
RR	4.813	5.612	5.180	5.719	6.397	6.266	4.581	564	564	540	499	581	553	659	594	584	639	587	641	573
PA	114.331	131.949	130.435	148.360	163.473	190.682	128.173	15.195	15.195	15.368	14.721	17.225	18.039	14.196	18.723	14.388	15.733	15.125	15.726	16.225
AP	8.549	8.980	8.704	10.938	9.995	12.291	8.376	1.099	1.099	1.078	982	1.738	1.735	992	1.105	937	1.083	1.104	997	1.024
TO	26.223	30.406	30.880	29.700	35.833	41.369	26.179	3.473	3.473	3.124	4.382	4.211	3.320	2.796	3.612	2.812	3.442	3.516	3.674	4.107
MA	53.488	65.606	57.316	56.577	60.392	72.972	48.970	5.096	5.096	5.795	5.227	7.884	7.162	6.140	7.267	5.571	7.026	6.286	5.715	6.581
PI	45.542	48.283	41.549	44.158	42.949	47.559	30.628	4.238	4.238	3.474	4.031	5.188	4.739	3.830	4.000	3.252	3.694	3.889	3.776	4.870
CE	194.972	206.436	184.751	191.938	195.965	209.762	141.478	16.521	16.521	16.022	16.874	18.867	22.390	19.299	21.363	16.105	18.447	18.358	17.970	20.405
RN	76.808	97.249	86.992	98.042	119.293	119.443	81.227	8.570	8.570	8.864	9.954	10.828	14.991	12.183	12.730	8.722	10.124	10.086	9.966	10.822
PB	64.310	78.422	67.029	70.459	60.758	68.845	49.396	5.070	5.070	4.121	4.517	5.741	11.270	7.048	6.280	4.460	5.123	4.677	5.090	6.338
PE	220.157	257.336	236.905	237.584	237.539	271.524	185.611	19.292	20.776	20.776	21.686	24.159	35.007	33.673	23.254	19.160	21.033	20.228	20.688	25.984
AL	68.987	86.998	80.373	82.405	90.169	98.132	72.916	4.637	4.637	6.281	7.136	7.162	9.491	15.908	19.030	7.275	5.345	4.714	4.595	7.122
SE	47.850	54.030	45.108	50.469	52.091	56.590	38.791	4.185	4.185	4.051	4.796	4.767	4.579	6.939	4.773	3.920	5.164	4.710	4.983	5.172
BA	309.138	344.672	311.240	323.186	353.352	406.541	267.390	34.952	34.952	34.304	33.564	36.331	34.450	33.441	40.359	33.608	36.359	37.141	40.670	41.355
MG	1.232.164	1.253.526	1.180.740	1.199.582	1.277.161	1.424.471	906.821	143.772	121.576	121.576	123.521	128.781	114.917	103.657	127.737	104.039	123.168	122.450	129.975	153.118
ES	189.419	199.816	197.932	209.792	219.136	250.795	168.038	20.199	18.219	18.219	20.370	23.969	21.735	21.599	24.118	19.131	25.233	27.323	22.760	25.074
RJ	905.395	950.034	817.854	804.625	822.606	896.082	602.188	69.647	69.647	69.296	72.972	81.979	86.665	70.356	87.712	69.807	80.433	77.301	75.359	84.177
SP	2.901.429	3.159.516	2.867.964	2.800.585	2.929.226	3.338.309	2.144.868	250.035	254.361	325.273	363.772	292.164	262.148	312.636	264.773	236.687	288.085	279.464	308.753	2.244.710
PR	627.961	681.703	651.647	673.062	738.180	826.597	549.322	65.124	68.977	68.270	68.270	74.904	70.055	67.296	80.844	63.891	70.159	69.310	68.629	70.680
SC	438.133	473.725	482.084	510.563	564.258	628.457	428.992	46.304	46.697	48.778	48.778	57.686	53.738	56.339	72.302	52.547	59.856	51.696	52.889	56.691
RS	707.801	763.819	714.880	730.183	797.816	843.445	587.105	61.702	56.749	62.759	62.759	75.130	66.622	63.876	85.947	66.329	77.238	66.366	69.455	71.181
MS	107.130	116.204	119.843	127.849	141.978	158.855	104.681	13.581	12.592	14.861	14.861	13.140	12.782	11.211	14.867	12.787	13.770	12.848	13.901	13.892
MT	147.069	161.772	171.610	185.078	225.683	246.156	163.252	18.745	22.242	23.390	18.527	15.430	15.769	19.867	19.484	21.713	16.534	16.724	18.041	143.562
GO	243.807	270.706	279.342	280.568	309.345	348.536	220.090	27.720	31.176	34.221	35.329	27.615	26.846	30.045	25.900	32.538	29.056	27.789	30.552	230.341
DF	152.871	174.299	146.975	151.261	154.088	170.482	113.029	13.964	12.417	14.912	16.160	15.958	14.690	16.162	12.587	15.478	16.008	15.561	16.451	122.895
Total	9.010.536	9.760.564	9.049.965	9.163.910	9.773.220	10.923.539	7.192.886	869.505	853.551	952.453	1.055.144	962.276	886.348	846.299	1.053.182	846.299	906.940	924.957	925.662	1.017.807

Fonte: MTE/Caged.

A3. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA A.3.1C

Varição do nível de emprego por UF

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Jan.-ago./05	Set./05	Out./05	Nov./05	Dez./05	Jan./06	Fev./06	Mar./06	Abr./06	Mai/06	Jun./06	Jul./06	Ago./06	Jan.-ago./06
RO	2.875	2.475	4.755	3.399	6.035	4.884	6.042	925	-30	-5	-2.048	71	512	-702	1.261	818	918	1.673	1.284	5.835
AC	1.331	1.422	815	-153	820	2.336	2.388	352	21	-111	-314	-22	-276	183	298	143	386	819	290	1.821
AM	13.044	6.149	11.097	10.136	22.731	19.939	19.128	2.951	2.430	1.175	-5.745	1.386	1.711	3.009	3.036	2.479	-66	-449	2.063	13.169
RR	145	403	41	247	914	1.463	878	337	289	116	-157	161	204	156	43	66	-18	-15	50	647
PA	15.174	11.401	13.320	12.470	38.204	17.797	12.941	5.480	2.212	1.666	-4.502	-295	2.378	-1.447	1.050	2.128	3.504	4.871	7.852	20.041
AP	1.374	755	787	-239	2.906	1.291	1.082	433	271	280	-775	-592	-18	-106	11	147	31	161	335	-31
TO	1.606	-443	425	3.026	5.803	994	3.495	248	206	-978	-1.977	-570	1.067	348	808	1.136	860	5	193	3.847
MA	3.846	3.633	3.242	6.093	10.039	12.882	10.398	1.640	1.488	1.947	-2.591	533	-366	1.037	1.132	934	2.283	3.049	3.289	11.891
PI	2.312	-156	5.326	1.953	5.890	6.562	5.997	494	1.157	959	-2.045	-401	50	825	1.560	1.126	3.249	1.637	679	8.725
CE	17.779	17.081	30.831	18.645	31.240	30.875	16.404	6.541	4.911	4.975	-1.956	-2.404	-494	-1.821	2.067	4.040	3.435	4.867	6.890	16.580
RN	8.962	5.865	10.756	7.080	17.992	18.396	6.834	6.981	2.194	2.176	211	-3.254	-2.375	-1.703	1.608	1.459	1.790	3.918	3.338	4.781
PB	5.005	-141	7.160	-3.352	12.713	10.768	3.278	4.312	2.215	1.956	-993	-5.478	-1.246	-92	777	2.595	1.866	2.405	5.668	6.495
PE	19.866	13.509	17.173	13.829	37.426	40.230	1.990	34.112	7.176	2.591	-5.639	-10.216	-12.788	-2.500	3.538	10.467	6.828	5.601	6.914	7.844
AL	11.904	6.731	7.812	10.872	9.682	5.705	-30.889	30.640	8.942	-64	-2.924	-3.985	-11.150	-14.622	-2.060	1.743	2.080	2.838	1.459	-23.697
SE	3.244	796	10.836	2.482	9.891	7.644	3.385	1.084	2.778	903	-506	1.723	-1.093	783	1.230	187	750	991	1.785	6.356
BA	29.631	13.149	37.298	26.502	52.724	63.952	56.549	5.975	4.564	2.655	-5.791	6.994	2.449	101	2.869	6.038	4.395	4.647	2.632	30.125
MG	39.586	31.361	95.416	75.649	175.254	155.409	198.971	-11.466	2.922	-1.349	-33.669	9.651	26.904	12.186	29.990	48.116	54.168	28.471	10.547	220.033
ES	18.257	21.820	23.552	13.003	36.007	40.660	33.613	3.302	6.077	2.015	-4.347	3.461	2.783	1.534	8.278	8.622	-2.200	2.473	3.600	28.551
RJ	61.220	59.420	72.646	58.547	107.830	121.111	79.975	14.556	12.722	17.828	-3.970	2.206	13.980	1.523	18.293	11.704	4.248	10.764	6.583	69.301
SP	240.882	182.969	199.678	171.509	497.652	472.931	544.439	58.792	36.742	-36.877	-130.165	47.121	84.858	55.732	107.735	147.115	58.342	56.910	42.291	600.104
PR	28.143	53.857	58.589	62.370	122.648	72.374	89.528	6.175	-973	-525	-21.831	6.864	14.601	10.035	20.330	13.468	4.609	6.999	7.258	84.164
SC	30.079	51.848	49.441	45.681	90.751	63.631	47.970	7.793	9.866	11.285	-13.283	11.491	18.068	-4.752	5.002	-367	1.957	2.951	5.650	40.000
RS	53.492	50.309	42.688	47.681	116.822	26.263	14.004	2.017	12.115	13.752	-15.625	8.121	15.962	6.678	9.591	-3.867	-1.934	-4.042	1.848	32.357
MS	6.465	10.934	11.471	12.500	20.087	4.612	14.198	-1.251	-1.304	-2.931	-4.100	3.195	4.007	1.612	3.432	362	-485	1.498	643	14.264
MT	4.083	12.982	10.879	16.313	27.768	-5.776	14.825	-1.254	-4.130	-8.086	-7.131	4.070	7.505	1.683	-2.040	-3.388	2.357	2.770	1.687	14.644
GO	21.990	21.381	19.263	20.779	37.253	31.672	43.597	3.953	-595	-3.272	-12.011	6.820	7.145	4.435	6.233	787	2.438	5.107	2.803	35.768
DF	15.301	11.569	17.117	8.411	26.194	25.356	18.216	4.336	3.909	1.750	-2.855	-35	2.254	2.340	3.731	779	-336	3.165	1.284	13.182
Total	657.596	591.079	762.414	645.433	1.523.276	1.254.827	1.219.236	189.458	118.175	14.697	-286.739	86.455	176.632	76.455	229.803	258.837	155.455	154.084	128.915	1.266.636

Fonte: MTE/Caged.

TABELA A.3.2A

Admissões por setor de atividade

	Extr. min.	Ind. transf.	Slup	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999	30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000	36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001	34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002	31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	58	9.812.379
2003	33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	178	12.178.972
Jan.-ago./2005	31.831	1.791.533	44.390	736.440	1.914.240	2.890.593	77.086	925.891	118	8.412.122
2005										
Setembro	3.760	257.120	5.024	101.530	244.684	350.613	7.396	88.792	44	1.058.963
Outubro	3.358	204.860	4.549	96.231	243.295	341.201	5.214	73.011	7	971.719
Novembro	3.261	178.208	4.367	88.978	274.513	343.572	4.447	70.397	22	967.743
Dezembro	2.905	120.263	4.958	68.619	235.766	292.231	3.403	40.264	16	768.425
2006										
Janeiro	3.692	214.896	5.272	109.487	238.737	390.990	6.480	79.891	0	1.049.445
Fevereiro	4.048	227.282	6.224	98.322	221.758	403.049	18.420	83.870	0	1.062.973
Março	3.788	251.742	5.509	103.966	242.171	428.244	11.055	83.162	0	1.129.637
Abril	3.616	256.433	5.764	93.243	228.032	385.945	7.705	95.364	0	1.076.102
Maio	3.959	250.108	7.169	112.120	246.162	410.060	7.200	128.999	0	1.165.777
Junho	4.558	210.852	5.143	104.799	230.286	384.171	8.232	132.371	0	1.080.412
Julho	4.134	212.942	5.073	118.023	236.821	395.799	5.743	101.211	0	1.079.746
Agosto	4.781	237.971	5.621	122.281	251.822	440.179	6.112	77.947	0	1.146.722
Jan.-ago./2006	32.576	1.862.226	45.775	862.241	1.895.789	3.238.437	70.947	782.815	0	8.790.814

Fonte: MTE/Caged.

TABELA A.3.2B
Desligamentos por setor de atividade

	Extr. min.	Ind. transf.	Siup	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999	31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000	33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001	31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002	25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005	32.389	2.150.901	45.648	907.788	2.300.789	3.308.874	55.099	1.068.284	93	9.869.876
Jan.-ago./2005	23.515	1.573.202	34.410	645.234	1.708.879	2.437.063	44.025	726.491	67	7.192.886
2005										
Setembro	2.982	176.154	3.979	84.900	197.653	286.839	4.435	112.551	12	869.505
Outubro	2.804	178.522	3.834	85.161	194.249	283.760	3.450	101.757	14	853.551
Novembro	3.088	223.023	3.425	92.493	200.008	301.212	3.189	127.485	11	953.934
Dezembro	3.196	223.535	4.107	98.957	221.894	339.631	20.848	142.949	27	1.055.144
2006										
Janeiro	2.586	195.488	4.241	88.243	243.948	350.981	5.404	71.938	0	962.829
Fevereiro	2.538	203.724	3.704	83.329	202.500	325.083	5.953	59.517	0	886.348
Março	3.088	226.680	4.882	98.763	250.744	387.519	5.109	76.397	0	1.053.182
Abril	2.450	177.952	3.523	80.615	201.376	313.318	4.419	62.646	0	846.299
Maio	2.956	201.344	4.866	95.838	225.082	357.725	5.207	73.922	0	966.940
Junho	2.820	191.243	6.042	96.233	211.794	343.004	6.158	67.663	0	924.957
Julho	2.668	191.949	4.887	93.383	208.736	343.681	6.622	73.463	0	925.389
Agosto	3.382	209.183	4.099	107.006	221.630	375.511	5.322	91.674	0	1.017.807
Jan.-ago./2006	19.902	1.402.075	32.003	655.167	1.521.862	2.445.841	38.790	505.282	0	6.620.922

Fonte: MTE/Caged.

TABELA A.3.2C

Variação do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extr. mín.	Ind. transf.	Siup	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999	-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000	3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001	2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002	5.583	161.171	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-33	762.414
2003	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005	12.726	401.083	17.640	184.010	611.709	909.336	42.447	130.071	85	2.309.096
Jan.-ago./2005	8.316	218.331	9.980	91.206	205.361	453.530	33.061	199.400	51	1.219.236
2005										
Agosto	1.037	18.173	1.431	18.285	43.353	70.181	3.528	-20.541	13	135.460
Setembro	778	80.966	1.045	16.630	47.031	63.774	2.961	-23.759	32	189.458
Outubro	554	26.338	715	11.070	49.046	57.441	1.764	-28.746	-7	118.168
Novembro	173	-44.815	942	-3.515	74.505	42.360	1.258	-57.088	11	13.809
Dezembro	-291	-103.272	851	-30.338	13.872	-47.400	-17.445	-102.685	-11	-286.719
2006										
Janeiro	1.106	19.408	1.031	21.244	-5.211	40.009	1.076	7.953	0	86.616
Fevereiro	1.510	23.558	2.520	14.993	19.258	77.966	12.467	24.353	0	176.625
Março	700	25.062	627	5.203	-8.573	40.725	5.946	6.765	0	76.455
Abril	1.166	78.481	2.241	12.628	26.656	72.627	3.286	32.718	0	229.803
Maió	1.003	48.764	2.303	16.282	21.080	52.335	1.993	55.077	0	198.837
Junho	1.738	19.609	-899	8.566	18.492	41.167	2.074	64.708	0	155.455
Julho	1.466	20.993	186	24.640	28.085	52.118	-879	27.748	0	154.357
Agosto	1.467	28.788	1.522	15.275	30.192	64.668	790	-13.727	0	128.915
Jan.-ago./2006	10.156	264.663	9.531	118.831	129.979	441.615	26.753	205.595	0	1.207.063

Fonte: MTE/Caged.

A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.1.1

Taxa de desemprego por região metropolitana: PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7	n.d.	n.d.
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,3
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
Jan.-ago./2005	12,6	15,7	9,2	7,9	10,7	7,4	10,1	8,0	10,0
2005									
Setembro	15,0	15,2	8,1	7,4	9,7	8,4	9,6	7,0	9,5
Outubro	14,3	14,9	8,5	7,9	9,6	7,5	9,6	6,5	9,4
Novembro	14,7	15,0	8,2	7,7	9,7	7,2	9,6	5,1	9,3
Dezembro	13,9	14,6	7,0	6,8	7,8	6,7	8,3	5,5	8,2
2006									
Janeiro	15,3	14,9	8,1	6,9	9,2	7,7	9,2	7,2	9,1
Fevereiro	15,9	13,6	9,1	7,9	10,5	7,5	10,1	7,9	9,9
Março	16,5	13,7	9,3	8,5	10,6	8,3	10,4	8,2	10,3
Abril	16,5	13,4	9,1	8,4	10,7	8,3	10,4	8,7	10,3
Maiο	15,0	13,5	8,5	8,6	10,5	8,3	10,2	7,6	10,0
Junho	15,4	13,5	8,6	8,8	10,9	8,2	10,4	6,8	10,2
Julho	15,3	14,4	9,1	8,7	11,3	8,7	10,7	6,7	10,5
Agosto	14,9	14,3	8,7	8,2	11,6	8,3	10,6	6,4	10,3
Jan.-ago./2006	15,6	13,9	8,8	8,3	10,7	8,2	10,3	7,5	10,1

Fontes: IBGE/PME e Iparde/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA A.4.1.2

Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	BH	RE
2002 ^a		12,1	12,7	10,0	16,4	11,5	11,3
2003		12,7	14,5	11,0	17,1	12,2	13,6
2004		11,8	13,2	10,7	15,0	12,7	14,4
2005		10,6	12,4	10,3	14,3	11,0	13,8
Jan.-ago./2005		10,7	12,7	10,3	14,5	11,4	13,8
2005	Setembro	10,4	11,9	10,4	14,1	10,3	14,3
	Outubro	10,6	11,9	10,7	14,1	10,1	13,9
	Novembro	10,2	12,2	10,7	13,9	10,1	13,8
	Dezembro	9,7	11,9	9,7	13,6	9,8	13,4
2006	Janeiro	9,5	12,2	9,2	13,9	9,8	13,1
	Fevereiro	10,2	12,5	9,6	14,1	10,3	12,7
	Março	10,9	12,9	10,4	14,9	11,4	13,1
	Abril	11,2	13,0	10,8	15,3	11,2	13,8
	Maiο	11,3	12,0	10,9	15,7	10,7	14,2
	Junho	11,3	11,2	10,7	15,8	9,8	14,2
	Julho	11,3	10,4	10,7	15,9	9,7	13,5
	Agosto	10,7	n.d.	10,5	15,7	9,3	13,9
Jan.-ago./2006		10,8	12,0	10,4	15,2	10,3	13,6

Fonte: Dieese/PED.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.1.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED

(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	BH	RE
2002 ^a		2,0	3,5	1,9	3,2	2,4	4,5
2003		2,1	3,6	2,0	3,4	2,8	4,7
2004		1,9	3,7	1,7	3,1	2,6	4,5
2005		1,6	3,0	1,4	2,8	2,7	4,1
	Jan.-ago./2005	1,6	3,2	1,4	3,1	2,7	4,2
2005	Setembro	1,6	2,7	1,4	2,5	2,4	4,1
	Outubro	1,7	2,6	1,2	2,4	2,6	3,8
	Novembro	1,6	2,6	1,1	2,1	2,7	3,8
	Dezembro	1,4	2,7	1,1	2,2	2,8	3,6
2006	Janeiro	1,4	2,9	1,2	2,3	2,8	3,7
	Fevereiro	1,5	3,1	1,4	2,4	2,5	3,9
	Março	1,6	3,4	1,7	2,7	2,2	4,3
	Abril	1,5	3,4	1,6	2,4	2,1	4,3
	Maiο	1,5	3,4	1,6	2,3	2,1	4,1
	Junho	1,4	3,3	1,4	2,0	2,3	3,7
	Julho	1,5	3,2	1,4	2,0	2,2	3,6
	Agosto	1,5	n.d.	1,4	1,8	2,0	3,6
	Jan.-ago./2006	1,5	3,2	1,5	2,2	2,3	3,9

Fonte: Dieese/PED.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA A.4.1.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED

(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	BH	RE
2002 ^a		4,9	4,1	3,5	7,8	4,1	4,7
2003		5,1	4,5	3,6	7,6	4,7	4,6
2004		5,1	4,2	3,6	7,6	4,1	4,5
2005		4,9	3,7	2,9	7,4	3,3	4,3
	Jan.-ago./2005	5,0	3,7	2,9	7,6	3,5	4,4
2005	Setembro	4,9	3,7	3,0	7,0	2,7	4,0
	Outubro	4,6	3,7	2,9	6,9	2,7	3,9
	Novembro	4,6	3,6	2,8	6,8	2,9	4,3
	Dezembro	4,7	3,2	2,9	7,4	2,8	4,4
2006	Janeiro	4,8	3,5	2,8	7,6	2,9	4,4
	Fevereiro	4,6	3,9	2,6	7,2	2,7	4,2
	Março	4,4	4,3	2,8	7,1	2,6	4,0
	Abril	4,2	4,3	3,1	6,7	2,3	3,8
	Maiο	4,3	4,1	2,9	6,4	2,3	3,9
	Junho	4,1	4,2	2,9	5,8	2,1	3,8
	Julho	3,9	4,4	2,8	6,0	2,1	3,9
	Agosto	3,8	n.d.	2,7	6,6	2,1	3,8
	Jan.-ago./2006	4,3	4,1	2,8	6,7	2,4	4,0

Fonte: Dieese/PED.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.1.5

Taxa de desemprego total: PED

(Em %)

Período		SP	DF	POA	SAL	BH	RE
2002 ^a		19,0	20,3	15,3	27,4	18,1	20,4
2003		19,9	22,5	16,6	28,1	19,8	22,9
2004		18,8	21,1	15,9	25,7	19,4	22,4
2005		17,0	19,1	14,6	24,5	16,9	22,2
Jan.-ago./2005		17,3	19,6	14,6	25,2	17,7	22,4
2005	Setembro	16,9	18,4	14,8	23,6	15,4	22,4
	Outubro	16,9	18,2	14,8	23,3	15,4	22,1
	Novembro	16,4	18,4	14,6	22,8	15,7	21,9
	Dezembro	15,8	17,8	13,7	23,2	15,4	21,4
2006	Janeiro	15,7	18,6	13,2	23,7	15,5	21,2
	Fevereiro	16,3	19,5	13,6	23,8	15,5	20,8
	Março	16,9	20,6	14,9	24,7	16,2	21,4
	Abril	16,9	20,7	15,5	24,4	15,6	21,9
	Maiο	17,0	19,5	15,4	24,4	15,1	22,2
	Junho	16,8	18,7	15,0	23,7	14,2	21,7
	Julho	16,7	18,0	14,9	23,9	14,0	21,0
	Agosto	16,0	n.d.	14,6	24,1	13,4	21,3
Jan.-ago./2006		16,5	19,4	14,6	24,1	14,9	21,4

Fonte: Dieese/PED.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA A.4.2

Taxa de desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	9,9	13,9
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
Jan.-ago./2005	7,9	12,8
2005 Setembro	7,7	12,0
Outubro	7,6	12,0
Novembro	7,6	12,0
Dezembro	6,9	10,2
2006 Janeiro	7,6	11,3
Fevereiro	8,2	12,4
Março	8,5	12,7
Abril	8,4	12,7
Maio	8,3	12,5
Junho	8,6	12,6
Julho	8,8	13,0
Agosto	8,6	13,0
Jan.-ago./2006	8,4	12,5

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.3

Taxa de desemprego por grau de instrução: PME

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2002 ^a	12,0	15,4	9,6
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
Jan.-jul./2005	9,0	13,7	9,4
2005 Agosto	8,6	13,6	8,7
Setembro	8,7	13,4	8,7
Outubro	9,0	13,1	8,6
Novembro	7,7	10,7	7,9
Dezembro	8,3	12,2	8,7
2006 Janeiro	8,8	13,9	9,4
Fevereiro	9,2	13,6	9,9
Março	9,2	13,5	9,9
Abril	9,4	13,2	9,5
Maio	9,2	14,4	9,6
Junho	9,5	14,7	10,0
Julho	9,5	15,0	9,6
Jan.-jul./2006	9,1	13,8	9,6

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.4

Taxa de desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período		15-17	18-24	25-49	> = 50
2002 ^a		34,2	21,6	9,0	4,9
2003		38,2	23,4	9,4	5,3
2004		35,4	22,5	8,7	4,7
2005		33,3	20,6	7,4	3,7
Jan.-jul./2005		34,2	21,2	7,5	3,9
2005	Agosto	32,2	20,7	7,2	3,5
	Setembro	33,8	19,9	7,2	3,7
	Outubro	33,4	19,7	7,3	3,4
	Novembro	26,6	17,7	6,4	2,8
	Dezembro	31,5	19,8	6,9	3,4
2006	Janeiro	34,3	21,5	7,6	3,7
	Fevereiro	32,3	21,6	8,0	4,1
	Março	30,8	21,9	8,0	4,1
	Abril	33,9	21,6	7,6	3,9
	Maiο	31,8	21,5	8,0	3,9
	Junho	34,3	22,5	8,0	4,0
	Julho	35,4	22,0	8,0	3,5
	Jan.-jul./2006	33,0	21,6	7,8	3,8

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.6

Taxa de desemprego por posição na família: PME
(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	7,1	15,7
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
Jan.-jul./2005	5,7	14,0
2005 Agosto	5,4	13,3
Setembro	5,6	13,1
Outubro	5,5	13,1
Novembro	4,7	11,5
Dezembro	5,3	12,6
2006 Janeiro	5,5	14,0
Fevereiro	5,8	14,4
Março	6,0	14,1
Abril	5,8	14,0
Maio	6,0	14,2
Junho	6,0	14,8
Julho	5,8	14,7
Jan.-jul./2006	5,8	14,1

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.7

Composição do desemprego por gênero: PME
(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	47,7	52,3
2003	45,4	54,6
2004	43,7	56,4
2005	43,5	56,5
Jan.-jul./2005	43,2	56,8
2005 Agosto	43,8	56,1
Setembro	43,8	56,2
Outubro	43,5	56,6
Novembro	45,4	54,7
Dezembro	45,3	54,7
2006 Janeiro	44,5	55,5
Fevereiro	45,2	54,8
Março	45,0	55,0
Abril	45,0	55,0
Maio	45,1	54,9
Junho	44,9	55,1
Julho	44,2	55,8
Jan.-jul./2006	44,9	55,0

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.9

Composição do desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período		Chefe	Outros
2002 ^a		29,14	70,86
2003		27,58	72,42
2004		26,09	73,91
2005		26,44	73,56
	Jan.-jul./2005	26,37	73,63
2005	Agosto	26,31	73,69
	Setembro	27,29	72,71
	Outubro	26,70	73,30
	Novembro	25,98	74,02
	Dezembro	26,78	73,22
2006	Janeiro	25,45	74,55
	Fevereiro	26,06	73,94
	Março	27,18	72,82
	Abril	26,45	73,55
	Maiο	26,58	73,42
	Junho	25,76	74,24
	Julho	25,50	74,46
	Jan.-jul./2006	26,22	73,78

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.10

Composição do desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período		10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a		0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003		0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004		0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005		0,5	8,1	38,5	46,4	6,4
	Jan.-jul./2005	0,4	8,2	38,6	46,2	6,5
2005	Agosto	0,6	7,9	39,3	46,1	6,1
	Setembro	0,5	8,6	37,6	46,8	6,5
	Outubro	0,5	8,1	37,9	47,3	6,1
	Novembro	0,6	7,2	38,9	47,3	5,9
	Dezembro	0,5	8,2	38,7	46,1	6,5
2006	Janeiro	0,4	7,9	38,4	46,9	6,4
	Fevereiro	0,7	7,9	36,5	48,1	6,7
	Março	0,3	7,1	37,6	48,3	6,6
	Abril	0,5	8,0	38,2	46,8	6,4
	Maiο	0,6	7,8	37,6	47,6	6,4
	Junho	0,5	8,2	39,2	45,9	6,2
	Julho	0,7	8,4	38,7	46,5	5,7
	Jan.-jul./2006	0,5	7,9	38,1	47,0	6,4

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

A4. DESEMPREGO

TABELA A.4.11

Composição do desemprego por grau de instrução: PME

(Anos de escolaridade, em %)

Período		< 8	8-10	> = 11
2002 ^a		36,24	26,93	36,84
2003		33,21	26,95	39,85
2004		29,90	26,92	43,18
2005		27,70	26,10	46,21
	Jan.-jul./2005	27,58	25,96	46,46
2005	Agosto	27,48	27,52	45,00
	Setembro	27,65	26,94	45,41
	Outubro	28,67	26,89	44,44
	Novembro	27,88	24,13	47,99
	Dezembro	27,04	24,44	48,53
2006	Janeiro	25,84	26,38	47,78
	Fevereiro	26,32	24,72	48,96
	Março	25,86	24,86	49,28
	Abril	27,16	24,59	48,25
	Maio	26,21	26,12	47,67
	Junho	26,35	25,92	47,74
	Julho	26,82	26,74	46,44
	Jan.-jul./2006	26,45	25,47	48,08

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.4.13

Composição do desemprego por faixa de duração: PME

(Meses, em %)

Período		< 1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2002 ^a		20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003		18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004		20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005		22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
	Jan.-jul./2005	23,0	44,4	8,1	13,0	11,7
2005	Agosto	23,3	42,6	10,9	11,4	11,8
	Setembro	20,2	43,6	12,5	11,5	12,2
	Outubro	21,9	43,1	10,7	12,3	12,0
	Novembro	21,0	42,6	10,1	13,8	12,3
	Dezembro	24,9	41,6	8,6	13,4	11,6
2006	Janeiro	21,4	45,5	8,3	12,9	12,0
	Fevereiro	19,4	47,9	6,7	14,0	11,9
	Março	19,3	48,2	7,7	13,4	11,4
	Abril	19,2	46,9	8,9	12,9	12,1
	Maiο	22,0	48,2	7,9	11,5	10,4
	Junho	23,8	47,6	9,1	10,4	9,1
	Julho	21,8	47,4	10,3	11,7	8,9
	Jan.-jul./2006	21,5	46,7	8,4	12,5	10,9

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

A5. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA A.5.1

Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B. ^a	
1991	3.724.840	3.498.235	93,92	1,83	
1992	4.015.225	3.895.157	97,01	1,69	
1993	3.828.060	3.759.623	98,21	1,41	
1994	4.090.975	4.031.230	98,54	1,55	
1995	4.792.288	4.742.043	98,95	1,54	
1996	4.397.264	4.360.917	99,17	1,56	
1997	4.426.718	4.400.738	99,41	1,57	
1998	4.398.302	4.357.528	99,07	1,56	
1999	4.416.358	4.315.593	97,72	1,55	
2000	4.260.699	4.176.004	98,01	1,50	
2001	4.301.790	4.227.317	98,27	1,48	
2002	4.885.237	4.806.382	98,39	1,43	
2003	5.065.997	4.987.592	98,45	1,38	
2004	4.895.421	4.817.209	98,40	1,39	
2005	5.497.476	5.400.357	98,23	1,40	
Janeiro-julho/2005	3.758.795	3.692.403	98,23	1,36	
2005	Agosto	428.201	420.845	98,28	1,34
	Setembro	385.417	378.644	98,24	1,34
	Outubro	465.096	456.856	98,23	1,35
	Novembro	459.967	451.609	98,18	1,36
	Dezembro	509.207	497.775	97,75	1,36
2006	Janeiro	445.552	435.588	97,76	1,37
	Fevereiro	589.288	574.717	97,53	1,37
	Março	468.460	454.912	97,11	1,27
	Abril	518.548	496.421	95,73	1,27
	Maiο	458.807	435.912	95,01	1,27
	Junho	344.918	325.583	94,39	1,28
	Julho	391.445	382.276	97,66	n.d.
Janeiro-julho/2006	3.726.225	3.603.184	96,62	1,31	

Fonte: MTE.

Nota: A partir desta publicação do *Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise*, a atualização das estatísticas do seguro-desemprego passou a ser coletada na seção SAEG.net, no site do MTE.

^a Valor médio do benefício em SMR.

^b Média referente ao período de jan.-jul.

n.d. = não-disponível.

A7. RENDIMENTOS

TABELA A.7.1A

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de abril de 2006)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	802,69	804,47	942,32	1.089,56	1.252,18	1.039,57	1.107,73	n.d.	n.d.
2003	684,82	748,17	862,36	926,86	1.101,88	953,11	973,21	915,50	969,60
2004	667,45	748,77	864,31	914,73	1.092,54	965,26	965,92	950,83	964,97
2005	702,94	767,86	889,46	941,21	1.112,48	954,62	985,27	951,75	983,12
Janeiro-julho/2005	687,52	743,84	894,69	927,91	1.111,14	949,96	979,47	953,62	977,81
2005									
Agosto	785,59	815,39	897,95	950,03	1.119,32	970,74	1.001,15	952,22	998,02
Setembro	734,12	813,05	873,55	972,36	1.088,92	972,32	987,13	967,51	985,88
Outubro	706,41	816,98	870,53	963,87	1.113,00	952,47	990,81	952,14	988,31
Novembro	709,04	818,18	873,95	984,93	1.139,47	960,23	1.008,36	920,12	1.002,69
Dezembro	696,19	794,27	881,70	973,53	1.120,32	963,23	995,88	925,82	991,40
2006									
Janeiro	681,97	779,52	900,25	950,57	1.156,88	974,43	1.006,70	956,29	1.003,44
Fevereiro	723,56	791,60	908,89	955,38	1.155,57	976,77	1.012,10	970,97	1.009,49
Março	730,00	758,77	921,16	946,30	1.172,69	969,94	1.016,19	974,34	1.013,53
Abril	762,64	763,52	940,17	950,80	1.191,30	984,46	1.029,78	1.007,26	1.028,34
Maio	790,01	760,18	938,00	971,52	1.195,27	968,97	1.036,31	1.052,99	1.037,37
Junho	750,45	805,95	941,43	973,42	1.171,13	985,41	1.029,22	1.052,55	1.030,69
Julho	753,70	820,80	945,80	981,90	1.176,10	996,70	1.036,20	1.087,60	1.039,46
Janeiro-julho/2006	736,07	784,33	922,18	962,93	1.167,41	977,49	1.020,30	1.003,48	1.019,22

Fontes: IBGE/PME e Iparde/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA A.7.1B

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ de abril de 2006)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	821,00	838,45	977,17	1.117,67	1.288,84	1.065,03	1.139,99	n.d.	n.d.
2003	701,15	762,22	891,12	963,37	1.126,14	986,92	1.000,78	976,30	995,54
2004	678,01	765,36	900,24	957,80	1.137,28	990,86	1.003,21	995,29	1.002,70
2005	725,36	796,50	928,93	980,76	1.161,16	989,70	1.025,95	988,72	1.023,55
Janeiro-junho/2005	699,07	751,61	912,66	937,30	1.130,33	960,94	993,63	978,01	992,63
2005									
Julho	785,86	815,41	913,40	959,71	1.132,70	971,42	1.010,37	968,37	1.007,67
Agosto	746,30	828,71	886,75	984,40	1.104,57	979,02	1.000,64	991,26	1.000,04
Setembro	723,08	827,10	885,13	986,04	1.130,63	964,26	1.008,28	974,52	1.006,13
Outubro	770,67	873,49	928,99	1.069,84	1.308,12	1.042,22	1.122,57	965,93	1.112,43
Novembro	784,91	952,04	1.144,27	1.208,07	1.345,58	1.192,93	1.214,10	1.118,47	1.207,96
Dezembro	689,80	792,35	918,04	969,86	1.168,45	990,98	1.020,83	972,95	1.017,77
2006									
Janeiro	728,80	800,69	922,93	958,15	1.164,49	987,17	1.019,78	993,75	1.018,10
Fevereiro	747,35	771,85	936,32	957,80	1.179,49	982,52	1.025,87	985,96	1.023,34
Março	767,48	772,69	951,69	952,35	1.203,12	1.001,29	1.038,37	1.013,42	1.036,78
Abril	792,49	771,09	957,66	976,54	1.202,40	971,53	1.043,61	1.056,31	1.044,42
Maio	749,15	804,84	948,23	983,82	1.173,14	986,09	1.032,90	1.049,84	1.033,98
Junho	739,86	829,04	926,51	989,97	1.160,73	988,01	1.028,32	1.096,38	1.032,61
Janeiro-junho/2006	744,99	791,79	937,34	969,78	1.178,83	986,80	1.029,95	1.024,09	1.029,57

Fontes: IBGE/PME e Iparde/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

A7. RENDIMENTOS

TABELA A.7.6A

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de abril de 2006)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.081,21	673,24	975,18	1.545,56	956,90	1.107,73
2003	997,57	622,02	894,31	1.444,74	768,70	973,21
2004	1.000,30	620,27	892,51	1.416,42	766,92	965,92
2005	992,46	651,23	897,82	1.473,23	780,60	985,27
Janeiro-agosto/2005	995,26	644,26	897,56	1.464,83	763,68	979,47
2005						
Setembro	1.005,16	630,64	902,36	1.487,10	821,65	1.001,15
Outubro	976,20	654,75	886,79	1.454,48	817,21	987,13
Novembro	979,11	679,58	896,15	1.510,56	795,80	990,81
Dezembro	986,98	695,74	908,07	1.507,98	823,08	1.008,36
2006						
Janeiro	985,27	687,18	905,37	1.486,59	804,46	995,88
Fevereiro	999,04	670,69	913,36	1.519,81	808,64	1.006,70
Março	1.020,24	648,69	924,34	1.517,74	791,84	1.012,10
Abril	1.030,64	659,29	935,60	1.512,79	808,53	1.016,19
Maiο	1.044,81	635,62	940,41	1.553,39	823,88	1.029,78
Junho	1.047,94	675,73	951,28	1.576,27	809,99	1.036,31
Julho	1.045,63	681,48	950,06	1.591,41	801,16	1.029,22
Agosto	1.047,70	697,20	955,00	1.578,30	791,70	1.036,20
Janeiro-agosto/2006	1.027,66	669,49	934,43	1.542,04	805,03	1.020,30

Fonte: IBGE/ PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA A.7.6B

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de abril de 2006)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.124,48	686,30	1.012,17	1.613,00	953,99	1.139,99
2003	1.037,54	639,83	930,88	1.496,19	769,30	1.000,78
2004	1.044,67	644,65	933,80	1.478,06	774,73	1.003,20
2005	1.041,18	675,62	943,27	1.545,84	794,14	1.025,95
Janeiro-julho/2005	1.006,53	656,53	912,24	1.484,71	766,89	993,64
2005						
Agosto	1.013,97	643,92	915,10	1.493,59	818,81	1.010,37
Setembro	986,06	667,61	899,49	1.464,50	828,94	1.000,64
Outubro	991,42	699,19	912,74	1.525,39	806,38	1.008,28
Novembro	1.154,19	745,37	1.046,22	1.711,77	861,58	1.122,57
Dezembro	1.302,84	755,71	1.160,01	1.961,81	845,77	1.214,10
2006						
Janeiro	1.013,55	683,24	929,51	1.542,86	806,68	1.020,83
Fevereiro	1.027,24	656,30	934,20	1.525,75	788,70	1.019,78
Março	1.036,22	671,82	945,85	1.513,42	813,36	1.025,87
Abril	1.051,31	644,14	950,05	1.565,18	828,41	1.038,37
Maiο	1.052,52	687,82	961,05	1.578,53	806,85	1.043,61
Junho	1.051,15	683,65	956,99	1.594,42	790,14	1.032,90
Julho	1.049,13	673,77	950,46	1.576,60	771,24	1.028,32
Janeiro/julho 2006	1.040,16	671,53	946,87	1.556,68	800,77	1.029,95

Fonte: IBGE/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

A7. RENDIMENTOS

TABELA A.7.7
Salário mínimo real
(Em R\$ de abril de 2006)

Período	SMR
1991	131,79
1992	139,01
1993	153,34
1994	142,69
1995	157,44
1996	209,08
1997	214,39
1998	223,01
1999	225,07
2000	232,78
2001	253,93
2002	260,41
2003	262,22
2004	271,99
2005	290,92
Janeiro-agosto/2005	
	285,90
2005	Setembro
	303,37
	Outubro
	301,62
	Novembro
	300,00
	Dezembro
	298,80
2006	Janeiro
	297,67
	Fevereiro
	296,99
	Março
	296,19
	Abril
	345,14
	Maio
	344,69
	Junho
	344,93
	Julho
	344,56
	Agosto
	344,62
Janeiro-agosto/2006	
	326,85

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A9. INFORMALIDADE

TABELA A.9.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	23,2	23,2	19,7	21,6	26,5	24,1	23,0	n.d.	n.d.
2003	22,7	24,5	20,3	23,2	26,8	23,8	23,7	17,1	23,2
2004	22,9	25,9	20,7	24,0	26,2	22,9	24,3	17,8	23,9
2005	22,6	25,7	20,8	22,5	26,1	24,4	24,1	16,3	23,6
Jan.-ago./2005	22,6	26,0	20,7	22,5	25,8	23,7	24,2	16,4	23,6
2005 Setembro	22,6	25,0	20,9	22,9	26,4	25,9	24,0	16,8	23,5
Outubro	23,0	25,3	20,7	22,9	27,2	25,7	24,2	16,0	23,7
Novembro	22,5	25,6	21,3	21,7	26,4	25,7	24,1	16,0	23,5
Dezembro	21,7	25,2	20,6	22,5	26,1	25,6	23,7	15,5	23,2
2006 Janeiro	22,1	25,8	20,9	21,5	26,2	24,7	24,0	15,2	23,4
Fevereiro	21,0	25,4	21,2	21,2	24,8	24,1	23,4	15,9	22,9
Março	21,2	24,6	20,4	22,0	25,7	24,7	23,2	15,2	22,7
Abril	21,1	24,5	20,4	21,2	26,6	24,9	23,1	16,2	22,7
Maiο	21,7	24,2	20,3	20,8	26,3	23,9	23,0	14,4	22,4
Junho	22,1	24,1	20,8	21,5	25,6	25,9	23,2	14,3	22,6
Julho	22,4	24,5	20,8	22,5	25,7	24,9	23,6	14,3	22,9
Agosto	21,9	24,8	20,5	23,8	26,2	24,9	23,7	14,5	23,0
Jan.-ago./2006	21,7	24,7	20,7	21,8	25,9	24,7	23,4	15,0	22,8

Fontes: IBGE/PME e Ipartes/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA A.9.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	PME/IBGE	CT	Total
2002 ^a	24,9	17,4	21,1	21,1	25,0	24,5	21,0	n.d.	n.d.
2003	24,9	18,6	21,2	21,0	26,3	24,2	21,6	20,6	21,5
2004	25,7	18,9	20,4	20,5	26,5	26,5	21,9	19,6	21,8
2005	25,6	17,5	19,3	20,1	25,1	25,2	20,9	18,8	20,8
Jan.-ago./2005	25,7	17,3	19,3	20,3	25,2	25,2	20,9	19,0	20,7
2005 Setembro	25,8	17,7	19,5	20,6	25,1	25,5	21,1	18,3	21,0
Outubro	25,5	18,2	19,4	19,1	25,0	25,3	21,1	18,3	20,9
Novembro	25,1	17,9	19,0	20,4	24,6	25,2	21,0	18,0	20,8
Dezembro	25,2	17,9	19,5	18,9	24,6	24,3	20,8	19,1	20,7
2006 Janeiro	24,3	17,2	19,3	19,2	24,2	24,5	20,3	19,7	20,3
Fevereiro	24,7	17,6	19,3	19,7	24,7	24,5	20,6	19,0	20,5
Março	24,6	17,3	20,2	19,7	25,2	24,9	20,7	18,9	20,5
Abril	25,4	16,6	20,6	19,0	24,3	24,2	20,4	18,7	20,3
Maiο	25,3	16,9	20,5	19,8	24,6	24,1	20,6	19,7	20,5
Junho	25,5	17,0	20,7	20,4	25,1	23,6	20,8	19,7	20,7
Julho	25,2	16,8	20,7	20,4	24,8	23,9	20,6	17,9	20,4
Agosto	25,1	16,8	20,3	19,8	23,4	23,5	20,3	18,9	20,3
Jan.-ago./2006	25,0	17,0	20,2	19,8	24,5	24,2	20,5	19,0	20,4

Fontes: IBGE/PME e Iparde/PME.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d. = não-disponível.

A9. INFORMALIDADE

TABELA A.9.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	PME IBGE	CT	Total
2002 ^a	66,0	62,3	49,2	53,2	84,8	79,9	63,9	n.d	n.d
2003	56,6	66,3	47,0	51,1	76,0	94,4	62,0	42,1	60,3
2004	55,4	67,5	43,9	64,2	69,9	87,8	61,9	45,0	60,4
2005	46,9	56,9	45,2	58,9	74,8	80,5	54,0	42,7	52,7
Jan.-jul./2005	46,2	58,6	41,8	55,3	69,7	74,0	53,3	44,8	52,2
2005 Agosto	48,2	58,5	49,8	58,0	82,2	96,0	57,5	51,3	56,6
Setembro	32,8	48,0	47,7	65,9	78,8	80,7	47,7	34,4	46,7
Outubro	36,5	40,5	38,8	46,0	66,6	87,8	41,8	25,0	40,6
Novembro	55,0	53,4	52,4	56,0	91,3	82,5	54,8	42,1	53,3
Dezembro	67,5	72,0	60,3	94,4	90,6	101,1	72,4	45,8	70,5
2006 Janeiro	57,1	47,5	29,1	53,9	71,3	71,6	48,3	37,4	47,5
Fevereiro	53,0	59,7	40,4	43,4	67,1	94,8	56,5	39,8	55,3
Março	44,8	57,7	35,1	44,6	81,5	94,5	54,2	32,2	52,7
Abril	47,0	70,5	41,4	49,3	98,9	100,1	63,2	34,1	61,2
Maiο	47,0	51,6	47,1	54,8	76,9	86,7	53,0	50,0	52,5
Junho	58,3	49,9	47,9	53,2	69,7	80,4	53,8	65,4	53,5
Julho	47,7	53,6	56,6	57,7	98,6	85,5	55,7	44,7	54,8
Jan.-jul./2006	50,7	55,8	42,5	51,0	80,6	87,7	55,0	43,4	53,9

Fontes: IBGE/PME e Iparde/PME.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

TABELA A.9.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período	RJ	SP	PA	BH	RE	SA	PME IBGE	CT	Total
2002 ^a	18,6	10,3	0,6	6,6	36,5	41,2	18,1	n.d.	n.d
2003	35,5	31,6	5,6	15,0	59,3	61,1	34,9	6,2	33,0
2004	31,3	33,1	12,1	16,1	47,7	54,8	34,8	8,4	33,0
2005	25,0	28,8	10,3	17,5	40,8	52,1	31,1	-2,1	28,5
Jan.-jul./2005	22,1	31,5	8,4	16,1	42,7	52,3	31,7	-5,5	28,5
2005 Agosto	21,6	18,8	9,8	7,3	40,3	43,3	23,8	-0,9	22,0
Setembro	23,3	9,6	5,6	23,9	19,9	40,0	19,0	-2,7	17,4
Outubro	21,0	20,7	4,8	11,1	21,7	48,8	22,9	1,2	21,4
Novembro	27,7	33,4	14,3	16,1	39,4	58,1	34,0	0,9	31,5
Dezembro	51,9	50,4	29,7	44,2	58,3	75,7	54,0	15,5	51,1
2006 Janeiro	23,0	24,5	2,5	7,1	33,1	54,0	25,6	-5,4	23,1
Fevereiro	27,0	29,9	-1,8	12,2	35,1	49,9	30,2	-7,9	27,1
Março	23,5	24,7	-1,9	10,9	42,1	50,7	27,4	-6,0	24,8
Abril	26,5	25,6	-4,7	-3,5	49,5	52,4	26,9	-4,0	24,6
Maiο	24,9	32,2	-3,0	5,4	42,2	59,0	30,4	-6,0	27,4
Junho	28,3	33,3	0,9	11,5	47,5	55,7	33,0	-3,0	30,1
Julho	30,4	34,5	7,3	15,3	71,6	70,2	36,0	-11,9	32,0
Jan.-jul./2006	26,2	29,2	-0,1	8,4	45,9	56,0	30,0	-6,3	27,0

Fontes: IBGE/PME e Iparde/PME.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d. = não-disponível.

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Supervisão

Marcos Hecksher

Revisão

Lucia Duarte Moreira

Alejandro Sainz de Vicuña

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Marcio Alves de Albuquerque

Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Alessandra Mattos

Camila Guimarães Simas

Carlos Henrique Santos Vianna

Leandro Daniel Ingelmo (estagiário)

Reprografia

Edson Soares

Brasília

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - 9º andar

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5090 Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50 - 6º andar (Grupo 609)

20044-900 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3515-8423 Fax: (21) 3515-8402

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5374

Fax: (61) 3315-5314

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>